



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Aline Campelo Bandeira Lopes

Entre o discurso e a prática: o lugar do gênero na propaganda eleitoral gratuita e na atividade legislativa

Rio de Janeiro

2016

Aline Campelo Bandeira Lopes

**Entre o discurso e a prática: o lugar do gênero na propaganda eleitoral gratuita e na
atividade legislativa**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

L864 Lopes, Aline Campelo Bandeira.
Entre o discurso e a prática: o lugar do gênero na propaganda eleitoral gratuita e na atividade legislativa / Aline Campelo Bandeira Lopes. – 2016.
98 f.

Orientador: Clara Maria de Oliveira Araújo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Mulheres na política – Rio de Janeiro (Estado) – Teses.
2. Eleições – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Campanha eleitoral – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. I. Araújo, Clara Maria de Oliveira, 1958-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 32(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Aline Campelo Bandeira Lopes

Entre o discurso e a prática: o lugar do gênero na propaganda eleitoral gratuita e na atividade legislativa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Paulo Mesquita D'Ávila Filho
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Azevedo Abreu
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Arthur Cezar de Araújo Ituassu Filho
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC- Rio

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

As páginas que seguem representam para mim muito mais do que um trabalho de conclusão acadêmico. Elas traduzem o fim de um ciclo cheio de aprendizado, amadurecimento e autoconhecimento e também mais um passo na construção da minha trajetória.

Meu maior agradecimento destina-se a Deus, pelo seu amor infinito, sem o qual nada sou. E também à minha família, meus pais e irmã por todo apoio, principalmente a minha mãe pelo carinho nos momentos mais difíceis.

Sou muito grata também, ao Gabriel, meu melhor amigo e namorado, que dividiu comigo toda a angústia e ansiedade deste período e da construção desse trabalho. Com ele, aprendo todos os dias a ser uma pessoa melhor.

Aos meus amigos da UERJ, à equipe do NUDERG e também minhas queridas amigas que me acompanham desde a época do GPI.

À professora Clara Araújo, com quem tive a honra de trabalhar como bolsista desde o início da graduação e que me orientou neste trabalho. Despertou em mim o fascínio pelos estudos de gênero e principalmente pelo feminismo. Sem dúvidas ela é uma pessoa que me inspira a cada dia.

Aos meus amigos da Lupa Comunicação, lugar onde eu tenho crescido profissionalmente e que me proporciona muitas experiências positivas. Em especial, à Luisi Valadão, que sempre me incentivou e acreditou em mim.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UERJ pelo ambiente intelectual proporcionado. À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida, que me permitiu realizar esse trabalho.

RESUMO

LOPES, Aline Campelo Bandeira. **Entre o discurso e a prática:** o lugar do gênero na propaganda eleitoral gratuita e na atividade legislativa. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o lugar do gênero na agenda eleitoral e legislativa, especificamente as parlamentares fluminenses no período entre 2010 e 2015. Para isso, serão investigados dois momentos distintos da dinâmica política. Primeiro será investigado a participação dos candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em 2010, em seguida será avaliada a produção legislativa dos candidatos já eleitos. O foco central está na avaliação da correspondência entre o discurso de campanha e na atuação parlamentar dos deputados federais, principalmente, como a temática de gênero é trabalhada nestes dois momentos políticos. Os meios de comunicação vêm assumindo uma centralidade na sociedade contemporânea e conseqüentemente os processos e dinâmicas eleitorais são impactados por esse recurso. Com isso, o espaço midiático tem se tornado um importante capital político. Assim, parte-se da premissa de que os temas priorizados pelos candidatos na TV foram trabalhados e nortearam seus trabalhos no Parlamento. Os resultados encontrados revelam a distância entre o discurso eleitoral e a atuação legislativa dos parlamentares. Mas, por outro lado, foi observada uma aproximação entre homens e mulheres tanto nos temas mencionados na campanha quanto nas proposições legislativas apresentadas já como deputados.

Palavras-chave: Gênero. Política. HGPE. Eleições 2010.

ABSTRACT

LOPES, Aline Campelo Bandeira. **Between discourse and practice: the place of genre in free political propaganda and legislative activity.** 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The main objective of this work is to analyse the role of the gender in both electoral and legislative agenda, specifically the politicians from the Rio de Janeiro state in the period between 2010 and 2015. To do so, two distinct occasions in the political dynamics will be investigated. First, the candidates' participation in the 2010 free political propaganda on TV. Then, the legislative production of the elected candidates will be assessed. The focus is on assessing the correspondence between the speech and the parliamentary action of the federal deputies. Mainly, how the gender thematics is worked in these two political occasions. The means of communication have been assuming a central role in the contemporary society impacting both the electoral processes and dynamics, therefore, the media space has been turning into a significant political capital. Thus, it is assumed that the themes prioritized by the candidates on TV were developed and served as a guide for the work in the parliament. The results show the distance between the deputies' electoral speech and their political acts. However, an approximation between men and women was noted, both in the themes mentioned during the political campaign and in the legislative propositions presented as deputies.

Keywords: Gender. Politics. HGPE. Elections 2010.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição por Sexo dos Candidatos no HGPE em 2010.....	12
Tabela 2 –	Candidatos Eleitos à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro - de 1994 a 2010.....	34
Tabela 3 –	Candidatos e Eleitos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de 1994 a 2010.....	34
Tabela 4 –	Número de Mulheres Eleitas para a Câmara dos Deputados (1932 a 2010).....	35
Tabela 5 –	Elementos que mais ajudam a formar opinião sobre a escolha do candidato.....	40
Tabela 6 –	Tipos de propaganda que mais influenciam na escolha eleitoral, segundo amostra.....	41
Tabela 7 –	Acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação na América Latina.....	46
Tabela 8 –	Lista de candidatos eleitos em 2010.....	53
Tabela 9 –	Classificação do conteúdo dos discursos no HGPE.....	58
Tabela 10 –	Temas Citados no HGPE.....	58
Tabela 11 –	Média de tempo total de homens e mulheres.....	61
Tabela 12 –	Quantitativo de projetos de leis (e categorias) apresentados por mulheres e homens.....	65
Tabela 13 –	Temas principais apresentados em cada categoria.....	65
Tabela 14 –	Proposições de Projetos de Lei por áreas temáticas.....	66
Tabela 15 –	Distribuição da participação das mulheres nas Comissões por áreas temáticas.....	73
Tabela 16 –	Distribuição da participação dos homens nas Comissões por áreas temáticas.....	73

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS	11
2	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	13
2.1	Representação e Exclusão das Mulheres	13
2.2	Raízes Históricas da Exclusão Feminina	21
2.3	A Participação Feminina na Política Brasileira: A Luta pelo Direito de representar e ser Representada Politicamente	23
2.4	Muitas formas de ser cidadã	27
3	A POLÍTICA DO RIO DE JANEIRO	30
3.1	O Contexto político da fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio	30
3.2	A Mulher na Política do Rio de Janeiro	33
4	MÍDIA E POLÍTICA	39
4.1	Os Meios de Comunicação como Ferramenta Política	39
4.2	O que é o HGPE?	41
4.3	Modelos Internacionais de Propaganda de TV	44
4.4	Campanha Eleitoral através do HGPE no Rio de Janeiro	50
5	A ATUAÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO DE 2011 A 2015	63
5.1	Projetos de Lei Apresentados	63
5.2	Análise da Participação dos Parlamentares nas Comissões	68
5.3	Mulheres nas Comissões	70
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	82
	ANEXO A - Homens nas Comissões	84
	ANEXO B - Projetos de lei com a temática de gênero no período analisado.	96

INTRODUÇÃO

A política se constituiu, historicamente, como um espaço masculino. No Brasil, e em diversos países, as mulheres são minoria nos Parlamentos.¹ A ausência das mulheres foi vista por longo tempo como um fenômeno natural, como algo derivado de supostas características biológicas e psicológicas, intrínsecas, como a predileção pelo espaço doméstico, o desinteresse pela vida pública ou racionalidade inferior a dos homens. Mas, para além da problemática que envolve a sub-representação feminina na política, uma questão que permeia esta análise é: qual a natureza da representação e como (e se) os interesses das mulheres estão sendo discutidos e considerados nestes espaços de poder? Quem está representando as pautas e agendas “femininas/feministas”? De que forma elas aparecem na dinâmica política?

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma investigação, à luz de uma análise sobre representação, sobre o lugar do gênero na agenda eleitoral e legislativa. Não pretendo apenas identificar a sub-representação feminina e os obstáculos de acesso a este espaço, mas também de que forma os interesses das mulheres aparecem, ou não nesta arena e se existe algum tipo de relação entre o discurso de campanha e a prática política dos parlamentares.

Concordo com a literatura de que há uma dificuldade em definir o que são os interesses das mulheres porque esses também se encontram em construção constante, porém pretendo considerar algumas categorias, estabelecidas com base na bibliografia, para construir minha análise e também em categorias específicas para dividir os interesses mais estritamente relacionados à temática de gênero. Para isso, elegi dois momentos para considerar como dinâmica política, o primeiro é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) de 2010 e a atividade parlamentar dos Deputados Federais do Rio de Janeiro na 54ª Legislatura (2011 – 2015). O primeiro trata do que o representante se propõe a fazer e o segundo do que de fato faz.

A propaganda política é um dos principais espaços de exposição de um candidato na mídia, o que faz dela uma peça estratégica em qualquer campanha. Com isso, o início do HGPE, sendo um dos principais meios de contato entre o candidato e o eleitorado, chama atenção, estimula e impulsiona o processo de escolha do candidato na campanha. É importante ressaltar que o HGPE não é o único espaço de visibilidade para o candidato. Dependendo no nicho eleitoral, da região e da própria trajetória do político, outros mecanismos são mais importantes e eficazes, como passeatas, o corpo a corpo, entre outros.

¹ Segundo dados do Inter-Parliamentary Union.

Porém, para este trabalho, vou considerar o HGPE como principal recurso, até por ser uma fonte possível de ser mapeada. Ao todo irei trabalhar com uma amostra de dez programas exibidos no turno da noite ao longo dos 45 dias de propaganda eleitoral. A escolha de dez programas se deu por conta do material em vídeo que foi disponibilizado pelo Doxa, núcleo de pesquisa do IESP. Alguns arquivos estavam danificados, por isso a escolha de dez programas que correspondem a mais da metade do total das propagandas dos candidatos a Deputado Federal.

Neste trabalho irei analisar apenas os candidatos a Deputado Federal do Rio de Janeiro no ano de 2010 que foram eleitos para exercer o mandato na legislatura de 2011 até 2014. Este será meu universo. Assim, irei analisar os programas destes 46 candidatos e elementos que elegi para definir como atividade legislativa.

A escolha do ano de 2010 para a construção do trabalho se deu por conta do acesso aos dados, tanto da propaganda como na etapa seguinte (de análise da atuação legislativa), como também por simbolizar um momento político marcante, pois elegemos a primeira presidente mulher no Brasil. Assim, deve-se levar em consideração se isto teve algum impacto na agenda legislativa deste período. Dos 46 candidatos eleitos em 2010, 17 (dezessete) estavam tentando a reeleição para o mesmo cargo, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Dos 46 eleitos, 39 aparecem no HGPE. Dos 752 candidatos aptos concorrendo ao cargo de Deputado Federal, pelo Rio de Janeiro no ano de 2010, 310 apareceram na minha amostra no HGPE, isso corresponde a 41,22% do total de candidatos. Desses 50 eram mulheres (16,12%) e 260 homens (83,88%).

Após a análise dos dados do HGPE, irei analisar o que denomino de “atividade parlamentar”. Nesta etapa vou considerar a participação em comissões, um resumo dos principais assuntos que o parlamentar mencionou nos discursos em plenário, projetos de lei apresentados e posicionamento em votações. Os deputados serão agrupados em categorias, como por sexo, tamanho do partido e ideologia. A partir daí será possível estabelecer uma comparação entre os discursos no HGPE a atividade legislativa. Além do material do HGPE, dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no site da Câmara dos Deputados também serão acionados.

A Representação Política, parte essencial do conceito de democracia moderna, pode ser entendida como uma categoria importante na compreensão da própria ideia de democracia. Mas para as mulheres ela permanece incompleta, sobretudo quando se tenta responder às questões sobre o significado de representar o outro politicamente e o conteúdo desta

representação. Assim, este trabalho irá apresentar como moldura teórica, o debate envolvendo a questão da representação e as diferenças de gênero na esfera política.

Escolhi, dentre diversos autores que abordam este tema, algumas autoras que considero fundamentais para o desenvolvimento das ideias que apresentei. Hanna Pitkin, Iris Young e Anne Phillips abordam a base histórica da representação e como este processo não beneficiou a participação das mulheres. As autoras trabalham com a base estruturante do gênero, que é a divisão sexual do trabalho a partir da divisão entre esfera pública e esfera privada. E há uma base cultural, com um conjunto de elementos que envolvem os processos políticos para os homens e para as mulheres.

Para autoras com diferentes perspectivas, o ponto comum entre elas é que a representação deve considerar que o importante não é apenas estar lá, (ou seja, é preciso estabelecer um vínculo direto entre as características individuais dos representados e as ações do representante – pois isso seria apenas uma mudança cultural) importa também o que nós queremos que os representantes façam. Em resumo, entendo que para estas autoras, o propósito é ou seria reconciliar ideias, interesses e presença como partes de um único processo. A proposta do meu trabalho é investigar o que os representantes fazem de fato e em que medida eles conseguem representar os interesses das mulheres, se esses interesses têm espaço na agenda política desses parlamentares, se são acionados em suas campanhas eleitorais e se existe uma relação entre o discurso eleitoral e a prática política desses representantes. Quem pode/deve representar os interesses das mulheres? Quem não pode? Também são questões que permeiam este trabalho. As autoras escolhidas, através de suas abordagens, ajudarão no desenvolvimento do mesmo.

Assim, pretendo esquematizar da seguinte forma: o primeiro capítulo será a abordagem teórica que vai orientar o desenvolvimento do trabalho, a ideia de representação. Como subitens, ainda neste capítulo, tratarei sobre o movimento feminista no Brasil e abordarei, com base na literatura, a questão das raízes históricas da exclusão das mulheres do campo político. Em seguida, pretendo tratar da política no Rio de Janeiro e contexto político das eleições de 2010. A seção seguinte abordará mídia, política e propaganda eleitoral; na quarta farei a análise do material relacionado ao HGPE; a quinta será sobre os dados referentes à atuação dos deputados federais. Por fim, farei uma correlação entre o HGPE e atividade parlamentar, seguida da conclusão.

1 INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

Sendo o objetivo da pesquisa a análise entre o discurso e a prática dos temas e agendas ligados à questão de gênero, sob o ponto de vista da ideia de representação política, o trabalho abrangerá dois momentos distintos da dinâmica política. O primeiro momento é a competição eleitoral de 2010, no qual serão analisados as propagandas eleitorais de televisão dos candidatos a Deputado Federal no Rio de Janeiro eleitos nesse mesmo ano. A primeira etapa se constitui na análise dos candidatos eleitos em 2010 para em seguida olhar especificamente a propaganda destes enquanto candidatos no período de veiculação da propaganda eleitoral gratuita de televisão, 17 de agosto de 2010 a 30 de setembro de 2010. Foram selecionados dez programas ao longo dos 45 dias de exibição da propaganda, todos no período da noite.

A segunda etapa consiste na análise do que eu classifico como atuação parlamentar, que é o período compreendido entre 2011 a 2015, 54ª Legislatura. Para esta análise, utilizarei os projetos de lei apresentados pelos deputados no período, a participação em comissões e os principais temas dos discursos proferidos em plenário para criar a categoria “atuação parlamentar”. O período escolhido para o recorte histórico se faz devido a preferência em investigar de forma secundária o momento político do país com duas mulheres na competição eleitoral, com grandes chances de serem eleitas e a eleição da primeira mulher para o cargo de Presidente da República.

Assim, neste trabalho irei analisar apenas os candidatos a Deputado Federal do Rio de Janeiro no ano de 2010 que foram eleitos para exercer o mandato na legislatura de 2011 até 2014. Este será meu universo. Dos 46 candidatos eleitos em 2010, 17 estavam tentando a reeleição para o mesmo cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Dos 46 eleitos, 39 aparecem no HGPE. Dos 752 candidatos aptos concorrendo ao cargo de Deputado Federal, pelo Rio de Janeiro no ano de 2010, 310 apareceram na minha amostra no HGPE, isso corresponde a 41,22% do total de candidatos. Desses 50 eram mulheres (16,12%) e 260 homens (83,88%).

Tabela 1 - Distribuição por Sexo dos Candidatos no HGPE em 2010

Sexo	Candidatos aptos em 2010	Candidatos no HGPE
Mulheres	182	50
Homens	570	260
Total	752	310

Fonte: Dados do TSE e elaboração própria.

A investigação utilizou métodos qualitativos, pois assim foi possível atingir melhor o objetivo de avaliar de que maneira a temática de gênero se apresenta nestes dois momentos da dinâmica política. Para a análise do HGPE agrupei os candidatos por sexo, tamanho do partido e perfil ideológico do partido e depois utilizei categorias de análise do conteúdo da propaganda baseadas na literatura.

Para a análise do que chamo de “atuação parlamentar” utilizei como fontes principais o site da Câmara dos Deputados que fornece informações detalhadas sobre os parlamentares e suas atividades. Assim, o objetivo foi tentar captar a relação entre a proposta sobre o que representar e as tentativas efetivas no âmbito da Câmara Federal.

Assim, minha unidade de análise são os indivíduos como atores institucionais em dois momentos: como candidatos/parlamentares e suas ações em torno da temática de gênero. A ideia central é que a partir da interpretação desses dois momentos se possa construir uma análise conjunta verificando a correspondência entre o discurso e a prática dos candidatos – e depois deputados – sob uma perspectiva de gênero, ou seja, como nos discursos televisivos do HGPE os candidatos acionam o termo mulheres sob diferentes formas e se propõem a defender seus interesses, ainda que indiretamente. E se, uma vez lá, o fazem de fato.

2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

2.1 Representação e Exclusão das Mulheres

Os princípios representativos fundamentam a legitimidade dos regimes, a formação da autoridade, os arranjos institucionais e as formas de vinculação entre os cidadãos e o poder nas democracias contemporâneas. Todavia, o tema da representação está presente hoje não só nos debates acadêmicos como nos meios políticos de todos os países democráticos (LOUREIRO, 2009, p.63). Assim, o objetivo desta seção é fazer uma breve revisão da literatura a partir de um campo teórico delimitado com o objetivo de subsidiar a discussão que norteia o trabalho. Uma série de autoras, entre elas Hanna Pitkin (1985), Iris Young (2006), Anne Phillips (2001: 1995) e Nadia Urbinati (2006) discorrem acerca dos limites da representação política para a inclusão de segmentos sociais alijados historicamente da possibilidade de participar das decisões políticas. E é a partir do trabalho destas autoras que iniciarei este capítulo.

A democracia, conforme compreendida hoje, busca constantemente resolver o problema da lacuna entre representantes e representados. Autores contemporâneos constroem, assim, um debate bastante vivo em torno de duas questões. De um lado, preocupam-se em entender as possibilidades da articulação do ideal democrático com o princípio representativo, dado que ele engendra uma distinção entre os cidadãos. Por outro, também se voltam para as instituições democráticas de governo – especialmente o processo eleitoral – para vislumbrar quais as possibilidades e limitações da participação política no modelo representativo.

O trabalho de Hanna Pitkin inaugura a discussão contemporânea sobre o tema da representação. A autora busca a partir de uma explicação etimológica a explicação sobre a origem deste conceito. Ela propõe uma mudança na concepção de representação centrada nas intenções e atos de indivíduos. Assim, opera um deslocamento de seu foco, de uma relação entre duas pessoas – e da visão do representante como um advogado ou delegado – para uma abordagem da representação como um arranjo institucional público. Ou seja, a representação política passa a ser vista não como um atributo pessoal, mas uma atividade social.

A autora fornece alguns elementos para pensar o conceito de representação moderna e apresenta quatro dimensões da representação:

– a formalista, centralizada nos arranjos institucionais (este tipo de representação tem duas dimensões à autorização e a *accountability*. A autorização é o modo pelo qual o representante obtém seu posto e a autorização de agir pelo outro. Ao observar a propaganda

eleitoral, busco analisar uma parte disto, ou seja, as estratégias que o candidato constrói para obter seu cargo. A *accountability* inclui a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredito popular sobre essa prestação de contas. Neste sentido a eleição é um momento importante para essa prestação de contas, porém isto não deveria ocorrer somente neste período);

– a representação simbólica, que utiliza símbolos para que se faça presente algo que não está presente, tem relação com o significado que o representante tem para os representados;

– a descritiva, que é a relação de semelhança entre representantes e representados e

– a substantiva, que está ligada às ações e interesses dos representados – refere-se à atividade dos representantes.

Em seu trabalho, Pitkin está preocupada com todo o processo que envolve a representação. Como este representante está representando. Assim, ela propõe duas condições para que o conceito de representação seja adequado. A primeira é que a representação deve ser concebida como uma atividade mais do que uma relação entre dois termos, ou seja, quando um agente representa um principal, ele toma decisões e faz compromissos que o principal é forçado a honrar. A segunda é que o conceito de representação deve ser substantivo, isto é, não basta supor que o agente tenha o direito de agir em nome do principal, independentemente do que ele faz, mas ao contrário, a representação refere-se à substância do que é feito.

Em outras palavras, é preciso ultrapassar o mero raciocínio que prescreve normas relativas à conduta própria dos representantes ou que determina os meios adequados para institucionalizar o governo representativo, tal como fazem os adeptos da visão formalista e realizar a análise da substância da atividade de representação, indicando como essa atividade se diferencia de outras situações em que uma pessoa age no lugar de outra pessoa. (LOUREIRO, 2009, p.67)

Assim, segundo LOUREIRO, 2009, com tais condições, Pitkin procura evitar as teorias formalistas de representação que são insatisfatórias porque não captam o que ocorre durante a representação. Não basta saber se um agente representa, mas se ele representa bem ou mal. Portanto, é fundamental ter uma concepção substantiva da representação que indica o que o representante faz (*acting for*) e o que o representante é (*standing for*). (LOUREIRO 2009 p.67)

Outra autora que trata da questão da representação é Iris Young. Para esta autora, a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição,

mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. Representar é um processo que ocorre ao longo do tempo e é fundamental que haja um relacionamento entre o representante e o representado. Para Young, esse relacionamento se dá a partir da participação em atividades de autorização e prestação de contas. O representante não é alguém que se coloca no lugar do representado, neste processo é fundamental que haja uma conexão entre essas duas categorias, pois esta conexão é o que garante a qualidade da representação e é o que a torna democrática.

Young sugere três modos pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. Ela define interesse como sendo aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações. Isso inclui tanto os recursos materiais quanto a habilitação para exercer capacidades, por exemplo, de expressão cultural, de influência política, de interferência nas decisões econômicas. Os interesses são conflitantes tanto entre os agentes, como também nas ações de um único agente. (YOUNG, 2006, p.159) De acordo com a autora a representação de interesses é recorrente na prática política, ela assinala que faz parte do processo de livre associação na democracia comunicativa que as pessoas tenham a liberdade de pressionar, politicamente, por políticas que atendam a seus interesses e também liberdade e organização para que estes interesses entrem na agenda política. (Idem, p.159)

Em relação às opiniões, Iris Young define este modo de representação como sendo os princípios, valores e prioridades assumidas por uma pessoa e que fundamenta e condiciona sua avaliação sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados. Enquanto a primeira forma de motivação é autocentrada, mesmo que autocentrada em um grupo, a segunda, frequentemente, se assume como imparcial ou mesmo altruísta. Os partidos políticos seriam os veículos mais comuns para a representação de opiniões, pois frequentemente elaboram programas e organizam temas políticos que se propõem a representar o eleitorado de forma geral. (YOUNG 2006 p.161)

A autora defende uma abordagem centrada na ideia de *perspectiva social*, ou seja, para ela as pessoas diferentemente posicionadas em diversos aspectos da vida social, têm experiências e histórias derivadas de seus diferentes posicionamentos. A *perspectiva social* é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente. As experiências culturais de povos ou de grupos que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, frequentemente lhes conferem interpretações

refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. (YOUNG, 2006, p.164)

Assim, para a autora, a representação de grupos estruturais deve ser pensada não a partir da representação de interesses ou opiniões de tais grupos, mas sim de sua perspectiva social. Isso significa que em vez de estabelecer um interesse de grupo ou uma opinião homogênea relacionada a determinado grupo deve-se representar a perspectiva social compartilhada pelos membros do grupo, uma vez que esses se encontram situados em determinada posição social e compartilham experiências, narrativas e pontos de vista a respeito da sociedade em que vivem e dos processos que nela se desenvolvem.

Dessa forma, a representação de perspectivas sociais não definiria quais objetivos perseguir ou que decisões políticas devem ser tomadas, mas estaria relacionada à tematização de questões, à vocalização de demandas, ou seja, à apresentação e introdução de determinadas pautas no debate político. Por fim, a representação de grupos estruturais em situação de opressão deve ser pensada como relacionada aos aspectos de autorização e *accountability*, tendo como consequências o fomento à participação e engajamentos e a pluralização do debate político, através da ampliação do conhecimento socialmente disponível para informar a tomada de decisões.

Anne Phillips também é uma autora que busca compreender a complexidade do conceito de representação. Em seu trabalho, ela desenvolve a concepção de Pitkin, de que a representatividade implica em o representante agir de forma responsiva junto aos representados. A qualidade da representação é, assim, vista como dependente de mecanismos mais firmes de responsabilização e prestação de contas, que vinculem mais estreitamente os políticos às opiniões que eles afirmam representar. Onde tais processos são exitosos, eles reduzem o arbítrio e a autonomia dos representantes individuais; no processo, parecem minimizar a importância de quem esses indivíduos possam ser. (PHILLIPS, 2001, p.272)

Para Phillips, ideias e presença não são opostas. É através da relação entre essas duas categorias que se pode chegar a um modelo justo de representação. Para Phillips, é necessário pensar uma política de presença aliada a uma política de ideias. A presença fomenta as ideias, por isso são elementos que devem ser analisados como complementares e não em oposição. Dessa forma é preciso relacionar ideias e presença, ou seja, ideias, princípios, valores devem estar ligados as pessoas que os manifestam. Assim, a perspectiva de Phillips liga-se ao trabalho de Young, podemos associar a política de presença com a representação de perspectivas de Young, garantindo não a representação de grupos baseada na existência deles

por si só, mas como forma de representar diferentes perspectivas (experiências, conhecimentos situados), o que ampliaria o potencial democrático da representação.

No contexto de demandas políticas por reconhecimento, a autora afirma que a separação entre quem são os representantes e o que eles fazem é colocada em questão. A política da presença prevê a representação de grupos já que concebe a diferença como algo relacionado a experiências e identidades específicas e afirma que há uma ligação entre preferências políticas e as características dos indivíduos que as adotam. (PHILLIPS, 2001, p. 279) Entretanto, a representação de diferentes grupos não se fundamenta em uma perspectiva essencialista que atribui um significado ou determinados atributos a certos grupos sociais; é preciso conceber que no contexto intra-grupos há uma diversidade de experiências e múltiplas referências identitárias, como desenvolve Young.

Para Nadia Urbinati (2006) a representação democrática pressupõe uma revisão das noções de representação e soberania. Ela sustenta alguns argumentos principais em seu trabalho para desenvolver a relação entre democracia e representação: o de que a representação pertence à história e à prática da democratização; o de que diferentes teorias de representação são possíveis – dependendo da relação entre Estado e sociedade; e o de que esta relação revela também o papel da ideologia e do partidarismo na política. (URBINATI, 2006, p.194)

Urbinati trata a representação como algo dinâmico, assim, o momento eleitoral é um período difícil de analisar. A representação não pode ser reduzida nem ao contrato (de delegação) firmado através das eleições nem à nomeação de legisladores como substitutos do soberano ausente, porque sua natureza consiste em ser constantemente recriada e dinamicamente ligada à sociedade. (URBINATI, 2006, p.195)

Assim, da mesma maneira que a qualidade da representação é um indicador da qualidade da democracia enquanto realização da autonomia coletiva, a representação democrática exige que se fomente a autonomia individual, isto é, que as pessoas sejam capazes de produzir seus próprios interesses a partir da reflexão crítica sobre o mundo e do diálogo com seus semelhantes.

Na política representativa, diferentemente da democracia direta, os eleitores não são meras quantificações. Eles espelham a complexidade de opiniões e de influência política, nenhuma das quais é uma entidade computável aritmeticamente. Quando traduzimos ideias em votos, tendemos às vezes a nos esquecer dessa complexidade e assumir que os votos refletem preferências individuais ao invés de representarem opiniões. Contudo, algumas observações adicionais podem ser reunidas para se alterar a leitura da votação democrática

como uma participação que se presta a selecionar não políticas, mas tomadores de decisão. (URBINATI, 2006, p.211)

Nesse trecho a autora trata da questão da escolha, do voto. Esse é um aspecto importante, pois o voto não necessariamente reflete as ideias. Os atributos pessoais podem influenciar na escolha. Assim, este elemento é uma chave importante para pensarmos o lugar do gênero na dinâmica política, pois uma das coisas que ocorrem com o olhar sobre as mulheres ou da forma como as próprias mulheres candidatas se apresentam é mediado pelos atributos pessoais. Cada indivíduo que se propõe a ser um representante pertence a um meio social, político, econômico, entre outros. Assim, é preciso conceber a diversidade de experiências e perspectivas dentro de cada grupo, como desenvolve Iris Young. E esta é a base da questão que desenvolverei ao longo deste trabalho.

As abordagens discutidas nesta seção buscam uma compreensão das concepções de participação e representação, não há uma oposição entre estas duas categorias. Essas concepções estão associadas à busca pelo projeto de aprofundamento da democracia. A discussão presente no trabalho das autoras remete aos seguintes pressupostos: as principais justificativas para o incremento da presença de grupos minoritários nas instâncias de representação formal se referem ao fato de que a presença destes grupos nos espaços de tomada de decisão diz respeito a uma questão de justiça e de garantia de igualdade política e à possibilidade de que esse fato implique em alterações na agenda e no debate políticos que acontece nesses espaços. Assim, busco analisar como isto se apresenta na prática e como media a construção da imagem pública dos candidatos e suas proposições quando eleitos e se isto impacta de alguma forma na construção de uma agenda política voltada para questões de gênero.

Young e Phillips fazem referência à obra clássica de Pitkin sobre representação política e, principalmente, às considerações que ela faz sobre a relação entre representante e representados, que reside numa conceituação de tal relação como baseada nas noções de responsabilidade e responsividade, que garantem a qualidade da representação e pressupõe mecanismos de *accountability*. Também a obra de Pitkin é importante para Young e Phillips na medida em que apresenta a conceituação da representação descritiva, que considera que o Parlamento deve ser uma amostra, um espelho da população. Pitkin critica esse conceito, defendendo que o importante é o que o representante faz e não o que ele é, quer dizer, o que garante a relação entre representantes e representados não é a existência de semelhanças físicas entre eles e sim uma atitude responsiva e responsável do representante.

Pitkin defende que a representação deve enfatizar não quem são os representantes, mas o que eles fazem, destacando-se a necessidade de se pensar em uma noção de representação que seja substantiva, quer dizer, que independentemente de quem sejam os representantes, eles atuarão de forma responsiva e responsável, realizando a mediação entre a representação de interesses dos representados e necessidade de tomar decisões de forma independente, tendo em vista o conteúdo e a natureza dos problemas políticos em questão.

Em contraposição a tal concepção, Young e Phillips argumentam em favor da representação descritiva como forma de garantir a presença de mulheres nos espaços de tomada de decisão. Tal posição se justifica pela necessidade de pluralizar tais espaços, promover a ampliação do conhecimento socialmente disponível para informar os processos de tomada de decisão, garantindo que as decisões sejam mais justas, uma vez que considerem um leque mais amplo de interesses, perspectivas e experiências e, por fim, afirmando que a presença de grupos minoritários em espaços de representação garantiria um aprofundamento da democracia, potencializando a inclusão de grupos que enfrentam diversos obstáculos no que se refere ao acesso à política formal.

Porém, pode-se dizer que a posição de Young e Phillips não se resume à defesa da representação descritiva em detrimento da representação substantiva, uma vez que, ambas as autoras tratam da importância da relação de representação, o que denota uma preocupação com a qualidade de atuação do representante. Ou seja, como os eleitos agem da esfera de representação. Ou seja, são três questões centrais colocadas por essas autoras e que servem de base para a análise dos dados coletados neste trabalho: construção de interesses que não são fixos e se dá, também, no exercício da representação e da política, o que representam e quem representam e como representam.

Apesar das diferentes abordagens apresentadas aqui, o que há em comum no trabalho dessas autoras é a ideia de construção de uma autonomia individual e coletiva para que os indivíduos e grupos possam participar e interferir (fazer parte) na dinâmica política. Essa autonomia permite uma conexão dos representantes com os representados e que assim haja uma vocalização das demandas de cada grupo na esfera pública. Outro ponto evidente a partir da leitura dessas autoras é de que representação não é a substituição, mas é um processo dinâmico de conexão entre representantes e representados. Não é algo que deve ser limitado ao momento eleitoral, é um processo que envolve a construção de autonomia para que a sociedade participe da vida política e também um esforço do representante de estabelecer uma interlocução com os representados.

A representação democrática depende da redefinição da noção de participação, que abre espaço também para a atuação indireta do soberano, através não apenas das eleições, mas das suas opiniões e interesses representados. Assim, ocupar uma função de representação política significa participar de processos de tomada de decisão em nome de outros, mas também participar da confecção da agenda pública e do debate público em nome de outro. (MIGUEL, 2013, p.121)

Os problemas da representação não se entendem plenamente a não ser considerando outras dimensões da participação no debate público (que não se esgota nos espaços formais, como o parlamento ou os conselhos, mas se espraia de diferentes formas, por meio, sobretudo da mídia) e a dimensão da produção de interesses. (MIGUEL, 2011, p.59) Daí a importância interlocução entre representantes e representados, com a diminuição da distância que os separa e a transformação da divisão do trabalho político de forma a promover a qualificação política do eleitorado.

Ao abordar a questão da participação política das mulheres, encontramos estudos que analisam as lutas pelo direito de votar, como também a suas ações na política. Concentram-se em mostrar a evolução da participação política das mulheres em diferentes níveis. Este estudo explora a relação entre discurso eleitoral e a atuação política dos, então candidatos em 2010 e posteriormente eleitos para o mandato de 2011 até 2015, para o cargo de deputados federais pelo Rio de Janeiro.

O aspecto principal a ser analisado é a presença de mulheres (representação descritiva) na gestão legislativa (representação substantiva), considerando o trabalho específico das mesmas em relação às áreas setoriais de interesse, bem como o impacto na agenda política e, especificamente, na agenda das políticas de igualdade de gênero. Nesse sentido, a ênfase foi colocada sobre a ligação entre “discurso” e “prática”, considerando o seu impacto sobre a política e o aprofundamento sobre o papel das mulheres como agentes de mudança.

É importante notar que a América Latina ocupa o segundo lugar na representação de mulheres no parlamento, com 27,7%.² Este fato, em certo sentido, implica em uma melhoria na qualidade da representação democrática, na medida em que a presença de mulheres traz uma perspectiva, antes ausente, na esfera pública. Por outro lado, ele também serve como um mecanismo e plataforma privilegiada para promover o debate sobre muitas questões que são diretamente relevantes para a igualdade das mulheres. Assim, a ideia de igualdade exige ações

² Dado consultado em 7 de agosto de 2016 através do site Inter Parliamentary Union. >>
<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

que vão além da presença de mulheres nas instituições de representação política, mas também de iniciativas que promovam a igualdade de participação e igualdade em outras esferas da vida cotidiana.

Por fim, neste capítulo procurou-se apresentar o atual debate de algumas das principais teóricas (Pitkin, Young e Phillips) que discorrem acerca da importância da representação de grupos até então excluídos do poder, como o de mulheres, por exemplo. Todas essas autoras, mesmo que de maneiras diferentes, chamam a atenção para uma questão que é fundamental: a necessidade de incluir a diversidade nas instâncias de poder político e promover maior participação política de grupos que têm sido excluídos desses processos na sociedade. Esses espaços devem ser capazes de reproduzir a pluralidade existente na sociedade como um todo, por ser essa uma condição fundamental para que os direitos das diferentes identidades sejam defendidos.

2.2 Raízes Históricas da Exclusão Feminina

Ao longo da história, e ainda hoje, determinadas classes, categorias e grupos sociais têm se definido como mais legítimos do que outros. A própria ideia de cidadania, que na tradição ocidental remonta a polis grega e se confunde com o exercício da participação política, traz a questão da exclusão. O espaço público era reservado aos homens livres e atenienses. Mulheres e escravos eram excluídos deste espaço democrático onde seus cidadãos podiam eleger seus governantes e tinham o direito de tomar decisões políticas sobre os destinos das cidades gregas, através das assembleias. A configuração da ideia de cidadania se deu de forma simultânea à de exclusão.

O critério de sexo tem sido fundamental para demarcar a menos valia das mulheres traçando, ao longo dos séculos, um caminho de menor titularidade. Na Grécia Antiga as mulheres e os escravos estavam excluídos dos direitos de cidadania, entretanto, era teoricamente possível ao escravo alcançar a liberdade em virtude de feitos heroicos. (PITANGUY, 2011, p.23) Mas para as mulheres não havia possibilidade de superar sua condição de sexo. Também no Império Romano elas eram excluídas da esfera política e subordinadas ao homem no âmbito da vida privada, com base no do conceito de *pater familiae*.

Assim, por razões de ordem histórica, as mulheres foram, por muito tempo, alijadas da esfera pública, particularmente dos espaços políticos. Araújo (2011) argumenta que a Revolução Francesa inaugura a noção moderna de igualdade e, junto com ela, fundamenta a

exclusão das mulheres com base na sua não adequação ao modelo do “universal”, branco, masculino e público. Já se mostrou como o político e a política foram ambos moldados por símbolos, estereótipos e dinâmicas masculinas.

Neste contexto, a política se constrói como exercício da racionalidade, com a capacidade de transcender interesses particulares. Esse desprendimento foi, desde sempre, supostamente presente no masculino e ausente no feminino, como o livre trânsito do masculino e o aprisionamento do feminino em esferas privadas. É a dualidade que pauta o paradigma moderno de organização social: esfera pública e esfera privada; o masculino como o político, o público, e o feminino como o fixo, o corporificado, o doméstico e familiar, tornando-se invisível. (ARAÚJO, 2011, p. 92)

O traço de exclusão que constitui a esfera pública moderna, legitimada por filósofos e pensadores ocidentais, foi agravado por processos históricos, políticos e sociais particulares de determinados países e que se fazem sentir até os dias atuais. (KRITSCH, 2012, p.32) Nesse sentido, havia uma clara associação da política àquilo que alegadamente possuía um caráter universal e comum e que, por isso, devia ser protegido e, para tanto, separado do domínio das particularidades, sentimentos, emoções e necessidades corporais, de modo que a generalidade do público dependia da exclusão das mulheres.

A organização social e política moderna da qual o liberalismo emerge como ideário assentou-se, de início, no reconhecimento de diferenças econômicas ou mesmo de gênero, inclusive para definir o corpo de cidadãos. A identidade, atribuída e/ou construída socialmente, surge como um marcador de capacidades de inclusão ou exclusão. Identidade e diferença são, portanto, parte da organização social da vida moderna e da constituição da própria democracia representativa. O que parece haver de novo, portanto, não são a identidade e a diferença, mas sim a emergência de novas categorias em torno das quais a diferença se organiza e orienta as ações dos atores sociais. (ARAÚJO, 2011, p. 97)

Na maior parte do século XIX, do ponto de vista democrático, a distribuição dos direitos reconhecidos foi deficiente na sociedade como um todo. O direito político, por exemplo, era legitimamente um monopólio de grupos – só podia votar quem tinha base econômica suficiente – e a ampliação e universalização da cidadania política, mesmo para as pessoas do sexo masculino, ao longo do século XIX e início do XX, exigiu muitas lutas. As mulheres, porém, constituem um caso especial entre os desfavorecidos pela cidadania, pois não colhem na mesma medida que os homens do povo os avanços na legislação, sendo que, algumas vezes, esses próprios avanços significam para elas discriminações mais evidentes. (PINSKY, PEDRO, 2014, p.272) Em vários momentos os próprios proletários – que de

maneira mais eficaz, gradativamente, conseguem obter direitos políticos – abraçam as ideias contrárias à capacidade política das mulheres e à ampliação das conquistas cidadãs para o sexo feminino.

Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira, geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a submissão e a dependência feminina como dados naturais e formalizando atitudes repressivas com relações às mulheres. Em todos os países, o direito de participar na política em âmbito nacional é negado às mulheres em nome dos males e perturbações que tal desafio às leis da natureza sobre os papéis dos sexos traria à sociedade. (PINSKY, PEDRO, 2014, p.275) Os argumentos de que o exercício do direito de voto por parte das mulheres traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções “naturais”, ou de que a natureza feminina as torna incapazes de escolher racionalmente, por exemplo, foram constantemente utilizados e, hoje, muitas vezes, são retomados com outras roupagens, com o intuito de afastá-las do mundo da política.

Na história do pensamento político de matriz ocidental, a inspiração grega de que a política é uma forma de vida e uma esfera superior da vida humana tem como contrapartida a aceitação de que a vida doméstica constituía um âmbito marcado por uma natureza particularista, emocional e não universal, cujos vínculos são aqueles do amor e da amizade – todas estas características supostamente femininas. E ainda hoje todos esses elementos que configuraram a exclusão política das mulheres ainda aparecem como fatores de impedimento à ocupação plena feminina dos espaços de poder.

2.3 A Participação Feminina na Política Brasileira: A Luta pelo Direito de representar e ser Representada Politicamente

Ao longo da história brasileira as mulheres não permaneceram passivas ou omissas diante das discriminações e opressões sofridas. Elas fazem parte de um dos segmentos que mais se destacaram na luta pela universalização dos direitos sociais, civis e políticos. Lutaram de forma mais ou menos organizada por seu direito à cidadania, à uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum reconhecimento como esposas e mães.

No Brasil durante as primeiras décadas do século XX o movimento feminista em sua primeira fase teve como foco a luta pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Neste contexto uma figura de destaque foi Bertha Maria Júlia Lutz, que após alguns anos de estudo fora do país, voltava ao Brasil veiculando as ideias das

campanhas pelo sufrágio e reivindicando o direito das mulheres de assumir responsabilidades políticas.

Neste contexto o reconhecimento de uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres, também é um elemento de destaque neste processo e que demonstra o grau de organização das mulheres neste período, assim como a criação de algumas instituições que comprovaram a importância da luta pelo direito de representar e ser representada das mulheres como o Partido Republicano Feminino e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino³. (PINTO, 2003)

Em 1927 o presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto feminino e, atendendo aos anseios femininos, igualava para ambos os sexos o direito de votar e ser votado. Paralelamente a isso em todo país intensificava-se a campanha pelo direito da mulher ao voto. E finalmente em 24 de fevereiro de 1932, por meio de um decreto do presidente Getúlio Vargas, as mulheres adquiriram o direito de votar.

Além de tardia, a conquista do voto feminino no Brasil foi interrompida devido ao golpe de Estado de 1937 e a ditadura Vargas, momento histórico que inibiu o incipiente movimento de mulheres que estava se consolidando. Apenas em 1942, com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, que as mulheres voltaram a se reorganizar.

O período que sucede a Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma intensificação das atividades relacionadas à conquista das liberdades democráticas e o fim da ditadura Vargas. As mulheres ganham destaque no cenário político com a luta pela anistia para os presos políticos. (AVELAR, 2001) No Rio de Janeiro, foi fundado o Comitê das Mulheres pela Anistia que, uma vez conquistado seu objetivo, transformou-se no Comitê das Mulheres pela Democracia. Mais uma vez as organizações de mulheres ganha força e destaque na sociedade, consolidando e permitindo às mulheres uma capacidade maior de articulação na luta por seus objetivos.

Os objetivos dos comitês e das ligas femininas atuantes até 1964 eram mais genéricos, tinham como pauta a luta contra demolição das favelas, campanhas para instalação de creches e de bibliotecas infantis e contra a carestia. Dessa forma, as mulheres atuavam mais por objetivos de suas organizações políticas e partidos do que pelos direitos das mulheres propriamente em si.

³ Meu objetivo neste capítulo não é tratar a fundo as etapas e processos do surgimento do movimento feminista, mas sim trazer um panorama geral de alguns momentos fundamentais na conquista da representação e participação feminina na política.

As crises políticas enfrentadas pelo Brasil e os embates entre as forças conservadoras e os movimentos sociais em prol de reformas estruturais, no começo da década de 60, causaram um clima de tensão entre diversos setores da sociedade. Nesse contexto, os movimentos conservadores ocuparam as ruas e lutaram contra o governo do presidente João Goulart. A organização das mulheres conservadoras estruturou-se em torno da defesa da família e religião, indo contra as manifestações de jovens e universitários da época, marcando assim um período delicado e tenso de embate entre as forças conservadoras e os movimentos de contestação. (MORAES, 2003)

Em abril de 64, com o golpe de Estado e a instauração da ditadura militar, as mulheres de classe média e alta mobilizadas cedem a cena para as estudantes universitárias e a resistência armada ao regime. A partir daí emerge uma nova vertente do movimento de mulheres, as organizações feministas ganham força e a luta pelo direito de representar e ser representada ganha novos contornos. (PINTO, 2003)

As condições impostas pela ditadura militar impediram o exercício da política pelos seus canais normais que as mulheres articulam-se através da igreja⁴ para organizar os movimentos comunitários, encabeçando protestos por melhorias nas condições de vida e na infraestrutura do seu bairro, organizando campanhas de protestos e em favor de causas políticas como a anistia e, por fim, ajudando a construir os novos partidos através de campanhas de filiação e do recrutamento de lideranças comunitárias. (ALVAREZ, 1990; SARTI, 1988; 1998 *apud* SACCHET, 2009) A ênfase nessas ações serviu tanto para destacar o caráter político dos movimentos de mulheres e sociais como para refutar a noção de que as mulheres não se interessavam por política e constituiu-se como uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

Com o fim da ditadura militar e o período de redemocratização, os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos alcançaram vitórias significativas com relação aos direitos das mulheres. Houve campanhas denunciando a morte de mulheres por crimes de “honra”, denúncia de sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual, algumas das conquistas que marcaram a década de 80 como a década da mulher.

Embora a luta pela igualdade de direitos fosse materializada no ato de votar e ser votada, não criou práticas de participação com direito à representação política no mesmo nível da participação masculina. As razões para explicar essa desigualdade são encontradas nos

⁴ A Igreja Católica foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar. Assim, as mulheres pobres, a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar.

argumentos que denunciam a domesticidade feminina e a presença massiva das mulheres nas tarefas domésticas, nos espaços privados do lar. O mundo da casa como um espaço da mulher tornou-se um dos fundamentos centrais da formação de estereótipos ligados à definição dos papéis sexuais dos modelos tradicionais de comportamento. A maioria das mulheres aceita o modelo tradicional, onde se inscrevem ideias, valores, conceitos e explicações científicas que indicam um comportamento feminino visto como específico do gênero. (ÁLVARES, 1999)

Ainda neste momento histórico, um marco importante para o país é a elaboração da Constituição de 1988. A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos da então jovem democracia brasileira de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político. (PINTO, 2003)

O legado deixado pelas primeiras lutas feministas constitui-se como um marco na história do movimento e as sementes plantadas pelas mulheres em relação à conquista pela participação e representação política deitaram várias outras raízes. A luta das mulheres pela participação na política vêm ganhando força desde as primeiras organizações feministas e apesar da sub-representação feminina nas esferas estritas da política, em cargos eletivos e institucionais, – como será analisado mais adiante – as formas alternativas de participação política como conselhos comunitários, ONGs e movimentos sociais ganham um espaço expressivo quando analisamos a participação das mulheres.

A cidadania política das mulheres evidencia uma história de exclusão da representação parlamentar, fato político que tem sido sempre pensado de forma sexista. Essa exclusão configura-se mais como um comportamento naturalizado da mulher vista de fora do processo de representação política.

Mesmo com essas desigualdades de gênero presentes no cotidiano brasileiro, as mulheres obtiveram conquistas em muitas dimensões da vida social, porém a esfera política e os espaços de poder continuam sendo campos extremamente refratários às mudanças. Embora as mulheres sejam a maioria da população e tenham conseguido direito ao voto em 1932, aumentando desde então progressivamente o número de eleitoras, elas continuam sendo minoria em cargos eletivos, isso porque o político e a política são moldados por símbolos e estereótipos que obstaculizam a entrada e ocupação feminina neste espaço. A forma como são concebidas as posições exercidas por homens e mulheres é sempre atravessada pela perspectiva dualista público e privado e pelos papéis que são designados a estas esferas.

2.4 Muitas formas de ser cidadã

Um aspecto importante que deve ser levado em consideração quando analisamos o processo de conquista de autonomia e direitos das mulheres é o reconhecimento de uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar a realidade da qual fazem parte. (SOARES, 1998)

O movimento feminista no Brasil emerge sobre influência dos movimentos na Europa e Estados Unidos, mas aqui, como em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta. Assim, o feminismo no Brasil trouxe uma reflexão sobre a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito. Toda a situação política, social e econômica vivida neste período mobilizou tanto as mulheres de classe média como as operárias.

Dentro deste contexto de luta, surgimento e consolidação de um movimento organizado e combativo, as feministas fizeram do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES, 1998), mas tudo isso se deu de maneira complexa no que tange às diversas formas de ser mulher e conceber a identidade feminina como algo que não é fixo e muito menos singular.

Diante disto, a organização que ganha o protagonismo na história da luta pelo direito de representar e ser representada, é a luta da mulher jovem, branca e de classe média. No movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo, as diferenças: raciais, étnicas, condições sociais, orientação sexual, geração ou culturais) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos, veio a reforçar a imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidade das mulheres negras. (AZEREDO, 1994 *apud* RIBEIRO 1998, p. 203)

Os processos organizativos dos movimentos sociais tiveram como tendência histórica colocar as questões relativas à raça e/ou etnia em sua agenda política sem o devido destaque; salvo situações em que os principais agentes, os negros em geral e as mulheres negras em particular, assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. (RIBEIRO, 1998) As mulheres negras sempre estiveram presentes

neste movimento, porém suas questões específicas foram secundarizadas e o surgimento e a iniciativa deste segmento vieram acompanhados de articulações marginalizadas.

Por outro lado, os encontros nacionais feministas propiciaram a articulação das mulheres negras. O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres.⁵

Outro aspecto importante que caracteriza esse contexto é a relação do movimento feminista com a esquerda da época. Diferentes grupos que questionavam a ordem vigente se encontravam na condição de repressão, tanto em relação a expressões culturais, passando pela educação, quanto chegando a movimentos políticos. Todos tiveram suas formas de atuação reprimidas.

Toda a literatura que aborda o surgimento e consolidação do movimento de mulheres e em especial o movimento feminista na luta pela participação política no Brasil, mostra a complexidade de sua formação. Em meio à ditadura militar, ele chegou a ser considerado como um desvio pequeno-burguês. As pautas e agendas “específicas das mulheres” representavam um risco para a luta central que, naquele momento, era contra o governo ditatorial.

Assim, o feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo em que teve que administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003)

A esquerda carregava como objetivo central romper com a ordem capitalista e havia o receio de que o movimento feminista pudesse ser um risco. Desta perspectiva, o acréscimo das feministas à luta trazia uma novidade: buscava romper também com o tradicionalismo político socialista e comunista, somando novas bandeiras. E embora tenha havido a evidente participação feminina nos corredores da ditadura, o movimento feminista foi várias vezes questionado por parte da esquerda.

Todavia muitas barreiras também foram rompidas no que tange o feminismo e a esquerda brasileira. As mulheres, já inseridas na vida pública através do mercado de trabalho,

⁵ O trabalho de RIBEIRO (1998) traz uma cronologia dos encontros de mulheres negras mais importantes da história. Através desses encontros as mulheres negras puderam fortalecer o movimento, propiciando um acúmulo de debate e articulação necessários às reivindicações de pautas e agendas concretas.

acabam tornando-se sujeitos políticos ao reivindicarem melhorias neste espaço. Como Vera Soares salienta:

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. (SOARES, 1998, p. 41)

Ou seja, as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e, simultaneamente, mostraram que diversos setores se inseriram diferentemente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico foram sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais estes setores estavam imersos. (SADER, 1988 apud SOARES 1998, p.37)

Nesse sentido a luta das mulheres pela cidadania representou um grande avanço histórico, principalmente no que diz respeito à apropriação da esfera política e revelou a ocupação das mulheres dos espaços públicos e da esfera do trabalho, havendo, por assim dizer, uma ressignificação destes espaços.

Despontava naquele cenário um novo sujeito social, transcendendo ao cotidiano doméstico onde eram anuladas e silenciosas. Agora, emergiam como mulheres inteiras, múltiplas, combativas. Saíam, portanto, da invisibilidade do espaço privado e doméstico, emergindo no espaço público, social e político, como fruto de sua organização. (SOARES, 1998)

Este período de efervescência política revelou um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres que incorporaram elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos foram construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas.

Portanto, a grande dificuldade naquela época é também um desafio para os dias atuais, a construção de um diálogo dentro da pluralidade. A busca da igualdade e organização de agendas e pautas que considerem as especificidades de ser mulher e a compreensão de que ser mulher não é algo fixo nem imutável.

3 A POLÍTICA DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo traz uma breve discussão sobre o ambiente político do Estado do Rio de Janeiro. Um levantamento sucinto sobre a importância do Rio na construção de uma cultura política nacional. Além da história política do estado do Rio também apresenta características sócio-demográficas importantes, fatores que também influenciaram na escolha do estado para ser analisado neste trabalho.

O Rio de Janeiro representa a segunda maior economia do Brasil, com um dos espaços mais industrializados do país. A capital é, inclusive, uma das duas cidades globais brasileiras, fazendo parte da região que constitui a única megalópole da América do Sul, abarcando uma área que se estende até São Paulo e a Baixada Santista. O parque industrial é diversificado, com empresas no ramo da metalurgia, siderurgia, produção de alimentos e, principalmente, extração e refino do petróleo. O estado possui uma população de aproximadamente 16.370.000 pessoas, a terceira maior do país.

3.1 O Contexto político da fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio

A fusão do antigo Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio deu-se em um contexto político de imposição ditatorial, onde predominavam setores conservadores e tecnocratas, apoiados pelas forças armadas. Este quadro se agravava pelo total isolamento das forças de esquerda, que se mantinham perseguidas e torturadas pelo regime político autocrático instalado a partir de 1964, com a deposição do Presidente João Goulart.

O sistema bipartidário vigente, composto pela Aliança Renovadora Nacional e pelo Movimento Democrático Brasileiro expressava os resquícios do autoritarismo e da falta de liberdade de expressão e de organização, interrompidos com o golpe militar e a decretação do Ato Institucional nº5. Este atingiu os direitos políticos e civis, fechando o Congresso e passando ao então presidente Costa e Silva a direção do país.

Segundo José Murilo de Carvalho, os governos militares podem ser divididos em três fases. A primeira delas de 1964 a 1968, corresponde ao governo do General Castelo Branco e um ano de governo do General Costa e Silva. Esta fase foi de intensa repressão. As ações voltaram-se para o combate à inflação, queda do salário mínimo e um pequeno crescimento da economia, que é retomado apenas em 1968.

A segunda fase estende-se de 1968 a 1974, correspondendo aos anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos. Período de truculência,

dirigido pelo então presidente Médici, escolhido para substituir Costa e Silva, afastado por motivos de saúde. O período de milagre econômico, como ficou conhecido, teve crescimento econômico surpreendente de perda salarial para os trabalhadores.

A terceira fase teve seu início em 1974, com a posse do General Ernesto Geisel, e terminou em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. A conjuntura econômica que se segue ao período do “milagre econômico” foi marcada pela recessão, pelo crescimento da dívida externa, pelo endividamento dos estados, pela alta inflação, agravando a situação de perda do poder aquisitivo das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a década de 70 pode ser considerada como uma década de ambiguidades e o governo de Geisel ficou conhecido como o período de abertura lenta e gradual.

O processo de redemocratização aí se iniciou ainda sob repressão dos setores militares aos grupos de esquerda e aos movimentos populares. O renascimento das ações sociais ampliava-se a cada ano de resistência. Foi nesta década que nasceu o movimento pela Anistia, que os trabalhadores voltaram a se reunir nos sindicatos, discutindo o direito de greve e melhoria salarial. As liberdades democráticas constituíram-se em bandeiras para os estudantes que lutavam para retomar os Diretórios Acadêmicos e a União Nacional dos Estudantes. Eles exigiam mudanças nos currículos das universidades e participação nos Conselhos Universitários. Surgiram então os Movimentos Contra a Carestia que envolveram inúmeras comunidades de base.

As mulheres, através dos grupos feministas, debateram seus direitos à igualdade e lutaram contra as discriminações, fortalecidas pelo Ano Internacional da Mulher. No período analisado podemos também destacar a importância dos movimentos reivindicatórios e grevistas das classes trabalhadoras.

O período que se estendeu de 1979 a 1985 foi de grande importância na retomada da mobilização de diferentes setores da sociedade que exigiam a redemocratização do país. Foi relevante a participação das mulheres nos novos conflitos que fortaleceram as organizações sindicais. As demandas formuladas pelos trabalhadores e trabalhadoras já expressavam as questões referentes aos direitos e discriminações das mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, relativo a melhores salários, oportunidade de emprego, assédio sexual, revistas, licença maternidade, creches, que refletiram a introdução no espaço público de questões do cotidiano feminino doméstico e do trabalho.

Nesse contexto, as lutas por melhores condições de vida contribuíram de forma decisiva para o retorno da participação política da sociedade pela democratização da vida nacional, aumentando a pressão contra o regime autoritário. Greves, passeatas, atos políticos,

simpósios, religavam as ações dos diversos setores da sociedade – operários, que passo a passo reconstruíram o espaço perdido. Nitidamente a década das ambiguidades iniciou o processo de recomposição da sociedade civil, provocando a remoção dos entraves autoritários que acompanhavam a vida política brasileira.

No que tange especificamente às mulheres, a década de 80 apresentou uma mudança em sua imagem social, inaugurando-se um período de conquistas da cidadania que para elas foi revelador, de um momento inaugural de direitos sociais.

As eleições de 1974, 1978 e 1982 refletiram uma caminhada contínua da ampliação da cidadania para a efetivação da abertura política, com a conquista de direitos políticos e sociais. A eleição direta para Presidente da República e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte foram símbolos deste momento.

A fusão ocorreu, portanto, em uma conjuntura tumultuada, em que o presidente Ernesto Geisel, empossado pelo regime militar, apresentou ao Congresso Nacional, uma de suas primeiras iniciativas, o projeto de lei de fusão do Estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro. Este projeto articulado pelo então deputado federal Célio Borja, da Arena do Estado da Guanabara, visava atender aos interesses das forças conservadoras por ele liderada. O projeto foi aprovado com pequenas emendas e sancionado pelo presidente como Lei Complementar. Decretada a fusão dos Estados, o Presidente nomeou para o governo o almirante Floriano Peixoto Faria Lima.

Governado anteriormente por Negrão de Lima, que retornou ao poder em dezembro de 1965 de forma direta, a Guanabara passou por uma administração marcada por obras que alteraram a estrutura da cidade, além de mudanças institucionais. Foi também em seu governo que se deu o alargamento da praia de Copacabana, causando grande impacto na imagem da cidade, como também a ligação entre a zona norte e a zona sul, através do Túnel Rebouças.

Os argumentos apresentados para justificar a fusão baseavam-se nas perdas de investimentos do Estado da Guanabara depois da transferência da capital para Brasília, tornando-se basicamente uma cidade de serviços. O projeto de fusão dos estados foi um grande marco na história política. O Estado da Guanabara, além de palco político de inúmeras manifestações de oposição, representava a segunda maior arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias do país, só perdendo para o estado de São Paulo.

3.2 A Mulher na Política do Rio de Janeiro

Desde 1946, ano em que o Legislativo voltou a ter vida no Brasil, após o longo período ditatorial do governo Vargas, até 1979, quando se reinicia no país a prática de algumas franquias democráticas, suspensas a partir do movimento militar de 1964, a participação da mulher brasileira nos órgãos do poder legislativo, nos seus três níveis – municipal, estadual e federal – tem sido pouco expressiva.

Um exemplo significativo se refere ao Rio de Janeiro, capital da República até 1960 – e considerada ainda hoje por muitos como o centro político mais adiantado do país, aquele onde os índices de conscientização política seriam mais altos, o que faria supor que isso seria válido também para os contingentes femininos de sua população (Fanny Tabak, ano). No entanto, os índices de participação feminina no legislativo local foram e são muito baixos.

A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara cria, em 15 de março de 1975, uma única unidade federativa. Neste momento a ALERJ abrigava os/as 94 deputados e deputadas, eleitos/as em novembro de 1974 (ainda pelas duas antigas Unidades Federativas). Deste quantitativo, havia apenas quatro mulheres. Desde a fusão até 2010 foram registrados 571 mandatos masculinos e 83 mandatos femininos – o que caracteriza um percentual de 12,7% do total de mandatos. Como espaço político, que como tal se insere num campo de poder, a ALERJ vem sendo historicamente ambientada por homens, herdeiros deste espaço privilegiado.

A Tabela 2 mostra a comparação do número de candidatos e eleitos pelo Rio de Janeiro à Câmara dos Deputados de 1994 até 2010.⁶ Pode-se perceber que, em relação às mulheres, temos uma evolução no número de candidaturas, mas o quantitativo de eleitas permanece baixo.

⁶ Foi escolhido este período, pois somente a partir deste ano encontrei dados relativos à candidaturas e resultados no site do TSE.

Tabela 2 - Candidatos Eleitos à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro - de 1994 a 2010

Ano	Candidatas	Eleitas	Candidatos	Eleitos
1994	25	5	334	41
1998	51	4	383	42
2002	80	6	507	40
2006	95	6	612	40
2010	182	4	570	46

Fonte: TSE

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de candidatas e eleitos de 1994 a 2010 para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em comparação com a tabela anterior, pode-se perceber a grande diferença no número de candidaturas femininas. O número de eleitas também apresenta um salto.

Tabela 3 - Candidatos e Eleitos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de 1994 a 2010

Ano	Candidatas	Eleitas	Candidatos	Eleitos
1994	96	13	916	57
1998	197	12	1105	58
2002	245	15	1086	55
2006	239	10	1140	60
2010	388	13	1129	57

Fonte: TSE

De acordo com a Tabela 4 é possível verificar que desde que os direitos políticos das mulheres foram assegurados, apenas em 1986, um número mais expressivo destas consegue espaço na Câmara dos Deputados. Ocorre um salto quantitativo da presença de mulheres nessa Câmara apenas em 1986, ano em que 26 são eleitas deputadas constituintes. A intensa mobilização feminista e a redemocratização neste período contribuíram para que isso ocorresse, sendo de grande relevância tal representação no Brasil, num período pós-ditadura.

Essas 26 deputadas ocuparam uma posição de destaque ao influenciar o Parlamento na elaboração da nova Constituição, a Carta Magna de 1988.

Tabela 4 - Número de Mulheres Eleitas para a Câmara dos Deputados (1932 a 2010)

Ano da Eleição	Mulheres eleitas para Câmara dos Deputados
1932	1
1946	0
1950	1
1954	3
1958	2
1962	2
1965	6
1970	1
1974	1
1978	4
1982	8
1986	26
1990	29
1994	32
1998	29
2002	42
2006	46
2010	46

Fonte: CFEMEA

Verifica-se que nas eleições seguintes àquele período da promulgação da Carta Magna, já em 1990, praticamente a mesma proporção de mulheres é eleita para a Câmara dos Deputados. Em 2002 se apresenta mais um pequeno aumento na proporção de mulheres eleitas. O crescimento das eleitas ocorreu no ano em que o Presidente Lula foi eleito para o seu 1º Mandato. E desde então se mantém os mesmos. Torna-se difícil observar deslocamentos muito significativos nesse contexto.

Apesar dos avanços, a participação da mulher ainda é mínima. Nas eleições de 2006, 46 deputadas foram eleitas e em 2010 este número não aumentou, permanecendo estagnado o

crescimento da representação feminina na Câmara dos Deputados, contrariando as perspectivas de que esta representação aumentaria com as mudanças na Lei Eleitoral e com a importante candidatura/disputa de duas mulheres à Presidência da República. Portanto, constata-se que, apesar do pequeno aumento no número de mulheres na Câmara Federal a partir do final da década de 80, ainda persiste uma sub-representação feminina nos processos de tomada de decisão.

Outro aspecto importante nesta dinâmica são as diferenças em alguns aspectos, como gênero, grau de instrução e idade do eleitorado brasileiro e fluminense. Nas eleições de 2010, ano de referência deste trabalho, o Brasil tinha 142,8 milhões de eleitores. Mais da metade eram mulheres (52,13%). A minoria tinha ensino superior e a maioria dos aptos a votar tinham entre 45 e 59 anos. A Região Sudeste concentra quase metade dos eleitores (43,44%) e São Paulo continua sendo o maior colégio eleitoral. Minas Gerais é o segundo maior estado em número de eleitores. Na sequência está o Rio de Janeiro. Em 2010, no Rio de Janeiro, as mulheres somaram 6.173.850 eleitoras, ou 778.630 milhões a mais que os homens, que representam 46,55% ou 5.395.220 eleitores.

A presença de mulheres denota a transformação lenta que a Assembleia vem sofrendo ao longo de todos esses anos. Essa transformação se dá no campo da representação, do debate, das agendas e, inclusive no plano geográfico, quando, “inesperadamente” os deputados são obrigados a pensar em separar um banheiro para as mulheres ou mesmo um espaço para uma deputada – mãe – amamentar seu bebê. E é a ampliação, principalmente qualitativa, das mulheres nos diversos espaços sociais que têm permitindo essa mudança de consciência, ao fomentar o debate ou simplesmente ao criar o fato político da sua inserção. A presença e mobilização das mulheres nas instâncias de representação do poder político, nos partidos ou em entidades da sociedade civil deve ser loco de fomento da educação e participação política das mulheres.

A proposição e fiscalização de políticas sociais voltadas à promoção da igualdade de gênero está firmemente relacionada à necessidade de formulação e implementação de políticas que possam ajudar a reduzir o déficit representativo de gênero nos espaços de decisão e na garantia da igualdade entre homens e mulheres. Não que a entrada das mulheres no poder legislativo garanta que esta ou aquela tenha necessariamente que refletir as causas feministas e/ou de mulheres. Conquanto sabemos que este tipo de atuação se fundamenta no plano da consciência, ou seja, o comprometimento com as causas que visem romper com as estruturas de dominação entre os sexos e outras formas de opressão se encontra ligado à consciência transformadora e ao comprometimento com as causas feministas. Contudo, há

ainda muito caminho a percorrer, pois, como considera Godinho (2004) “a presença das mulheres nos espaços de poder e direção continua tendo um caráter de exceção”.

A cidadania política das mulheres evidencia uma história de exclusão da representação parlamentar, fato político que tem sido sempre pensado de forma sexista. Essa exclusão configura-se como um comportamento naturalizado da mulher vista de fora do processo de representação política. Muitos foram os obstáculos ultrapassados pelas brasileiras até a conquista de seus direitos políticos e do próprio reconhecimento enquanto cidadã.

Segundo Sacchet (2009) a baixa representação política das mulheres no país contrasta com o poder organizativo e articulatório do movimento feminista no país. Esse é considerado um dos mais bem articulados e influentes movimentos de mulheres da América Latina e a ele é atribuído um número de conquistas no âmbito das políticas públicas do estado. Com isso, pode-se então apontar para a não-passividade feminina que reflete um pressuposto: mulher e política não apresentam uma relação de excludência. A exclusão poderá ser buscada no longo processo que a manteve de fora das práticas parlamentares, no Brasil, restringindo-a a espaços que determinavam um modelo clássico de comportamento. Da rua ao lar, ontem e hoje, os espaços e os fazeres perderam a referência.

A partir da observação e avaliação dos dados, podemos concluir que ainda são grandes os obstáculos enfrentados pelas mulheres nas esferas de poder. Mesmo após tantas conquistas, a política obedece a uma dinâmica que desfavorece as mulheres em vários aspectos. Em 2010, a primeira mulher foi eleita para o mais alto cargo político, a Presidência da República. Apesar disso, as mulheres ainda permanecem ocupando minoria nos espaços formais de poder no Brasil, seja no Parlamento, seja no Executivo ou no Judiciário. Mulheres ocupam um dos últimos lugares na composição da Câmara dos Deputados no mundo, segundo ranking da IPU.⁷

Enquanto a presença e participação política das mulheres não for encarada como parte essencial do sistema democrático e os partidos e demais instâncias de poder, em suas dinâmicas cotidianas, não alterarem suas percepções e ações sobre o assunto, as mulheres continuarão alijadas dos espaços representativos formais de poder. O poder sobre as decisões públicas, que deveria ser neutro em relação a gênero, é marcadamente masculino, o que resulta em pouca sensibilidade no mundo político diante de assuntos importantes para a qualidade de vida das mulheres. Por isso, é necessária a busca constante pelo aperfeiçoamento das políticas que garantam a inclusão feminina.

⁷ Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

A inserção partidária, presença e participação exigem tempo, construção de redes de apoio, captação de recursos financeiros entre outros suportes e estímulos institucionais e pessoais. Com isso, as mulheres já saem em desvantagem na competição eleitoral e o desafio é justamente criar e ampliar as condições para que homens e mulheres possam competir mais igualitariamente e esse quadro de sub-representação seja transformado.

Não existe apenas uma explicação para o diagnóstico atual da baixa presença das mulheres na política, o que existe é um conjunto de fatores e obstáculos que interagem de diversas formas e ajudam a reproduzir essa situação. Esse quadro desfavorável às mulheres dificulta o debate sobre a construção de uma agenda que possibilite uma inclusão democrática e que estimule e dê suporte para as mulheres ocuparem este espaço.

O que constatamos a partir de todos os trabalhos e estudos sobre a presença das mulheres na esfera política é que enquanto elas não fizerem parte dos processos políticos e governamentais, as políticas e ações do Estado não atenderão seus interesses. Da mesma forma as leis que deliberam sobre a igualdade entre mulheres e homens não serão modificadas. Por isso, se faz importante além da inclusão das mulheres, uma agenda onde os candidatos homens e mulheres estejam comprometidos com ações que promovam a igualdade. Sendo assim, desconhecer o potencial feminino e desconsiderar todo o processo de luta por direitos políticos é negligenciar o debate sobre a importância das formas participativas construídas pela cidadania e para a democratização da sociedade e das relações de poder. Portanto, garantir uma maior representação feminina é, no mínimo, uma medida de aperfeiçoamento da democracia (ALVES, 2009).

4 MÍDIA E POLÍTICA

4.1 Os Meios de Comunicação como Ferramenta Política

A mídia tem ganhado cada vez mais centralidade no campo político, constituindo-se como um dos principais mediadores na relação entre candidatos e eleitores. Entre os países democráticos os meios de comunicação, em especial a televisão, se destacam na condução das campanhas eleitorais. Com isso, a mídia vem se tornando o principal veículo através do qual a maioria dos cidadãos se informa sobre política. (CERVI, 2010)

A mídia atua como um mecanismo reprodutor da ordem social vigente e difunde a realidade social de maneira a naturalizar a realidade já incorporada pelos atores sociais. A propaganda política é um dos principais espaços de exposição de um candidato na mídia, o que faz dela uma peça estratégica em qualquer campanha. Com isso, o início do HGPE, sendo um dos principais meios de contato entre o candidato e o eleitorado, chama atenção, estimula e impulsiona o processo de escolha do candidato na campanha.

Para Miguel (2010) a mídia deve ser entendida como esfera de representação política – pois neste espaço ocorrem manifestações de atores que representam as diferentes posições do debate político – e como uma esfera privilegiada de produção de formas de reconhecimento que constituem um capital político e de confirmação ou refutação das hierarquias presentes na sociedade, mais especificamente no campo político.

Os meios de comunicação constituem uma das formas de representação e fazem parte de um espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade contemporânea. Para Finamore (2006), a mídia constitui uma ponte informativa e comunicativa entre a esfera política e a sociedade civil. Todo discurso político hoje está cada vez mais atrelado a um padrão estabelecido pela grande mídia.

Com isso, a centralidade da mídia na política tem se caracterizado como um processo de modernização das campanhas eleitorais nas sociedades democráticas. O uso crescente da mídia na política é um traço dessa democratização. Logo, a importância da mídia não está apenas na construção dos discursos e na construção da imagem do candidato, mas também na capacidade dela de constituir-se como uma forma de capital político.

A mídia, além de influenciar o eleitor, também – em certa medida – pode influenciar a ação parlamentar. As intervenções e os projetos dos parlamentares podem atender a demandas vinculadas à mídia, visando de forma estratégica dialogar com o eleitor. Com isso, um representante político pode apresentar o projeto que quiser sobre diversos temas, ele escolhe

sobre os assuntos que discursará e dessa forma submete o assunto à decisão política a partir de temas veiculados na mídia. (FINAMORE, 2006)

A visibilidade midiática tornou-se um elemento fundamental para o avanço das carreiras políticas. Essa visibilidade varia de acordo com as pretensões de cada agente e com o conjunto de veículos de comunicação com os quais interage. De maneira geral é possível dizer que a presença na mídia constitui-se como um fator crucial na produção de capital político. A mídia atua sobre o indivíduo de forma a influenciar suas escolhas e comportamentos políticos. E a televisão, de maneira específica, produz muito daquilo que orienta os julgamentos e as escolhas dos eleitores. As tabelas⁸ 1 e 2 revelam a importância da televisão e da mídia, de uma maneira mais geral, na formação da opinião do eleitorado.

Tabela 5 - Elementos que mais ajudam a formar opinião sobre a escolha do candidato

Ajuda na escolha do candidato	N.A	%
A conversa com amigos e familiares	703	35,1
O que ouve no rádio/ televisão/ jornais/ Internet	549	27,4
O horário eleitoral gratuito	348	17,4
A conversa com colegas de trabalho	156	7,8
Outra forma	183	9,1
Não sabe	52	2,6
Não respondeu	11	0,5
Total	2002	100

Fonte: Dados coletado no âmbito da pesquisa “Mulheres nas eleições de 2010”

⁸ As tabelas 1 e 2 fazem parte do conjunto de dados coletados durante a pesquisa do Consórcio Bertha Lutz e fazem parte do eixo 1 da pesquisa. Apesar do objetivo deste eixo ter sido explorar elementos relacionados à intenção de voto à Presidência da República, essas tabelas revelam de forma clara a importância da mídia no processo eleitoral. O Consórcio foi um projeto que reuniu pesquisadores de diversas Universidades do país com o objetivo de construir um trabalho de análise das eleições de 2010 sob uma perspectiva de gênero e trabalhou com todos os níveis de candidaturas.

Tabela 6 - Tipos de propaganda que mais influenciam na escolha eleitoral, segundo amostra

Tipos de propaganda	N.A	%
Horário eleitoral na TV	773	38,6
Debates entre candidatos	708	35,4
Propaganda na TV fora do horário político reservado (inserções)	110	5,5
Informações divulgadas pelos jornais	108	5,4
Horário eleitoral no rádio	85	4,2
Folhetos/propagandas impressas	59	2,9
Blogs e redes sociais na Internet	30	1,5
Não sabe	91	4,5
Não respondeu	38	1,9
Total	2002	100

Fonte: Dados coletado no âmbito da pesquisa “Mulheres nas eleições de 2010”

4.2 O que é o HGPE?

O ano de 1950 marca a regulamentação da propaganda eleitoral nos meios de comunicação no Brasil, a legislação do Código Eleitoral (Lei nº1164/50) previa apenas a propaganda paga no rádio e televisão. Em 1962, por outra lei (Lei nº4115/62), criou-se a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, que passou a conviver com a propaganda paga. A partir daí, consolidou-se a tradição legal de que a propaganda eleitoral paga deveria restringir-se aos órgãos da imprensa escrita (jornais e revistas). Somente em 1974, eliminou-se de vez a propaganda eleitoral paga do rádio e da televisão no Brasil. Esse princípio não foi alterado desde então. (SCHIMITT *et. al.*, 1999 *apud* ROMERO *et al*, 2011, p.34)

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é um sistema criado para ser um espaço democrático para divulgação dos candidatos e propostas, em rede nacional de rádio e de televisão, durante os pleitos a cada dois anos. Embora tenha nascido sob o propósito de oferecer espaços proporcionalmente igualitários às candidaturas, a diferença entre a qualidade de produção dos programas e o tempo destinado à sua veiculação contrastam com o propósito inicial.

Com o objetivo de facilitar a escolha por parte dos eleitores, o HGPE acabou ganhando visibilidade, fruto de críticas sobre o caráter espetacular com que as campanhas se apossaram e também sobre a importância deste mecanismo na construção de uma opinião pública. (PANKE, 2011)

Por outro lado, não se pode negar que, enquanto arena para a exposição dos candidatos, é a forma de divulgação que abrange o maior número de brasileiros, apesar dos avanços dos materiais online e também da participação dos usuários em espaços virtuais. Tal situação reforça a importância destinada pelas campanhas aos veículos eletrônicos tradicionais (rádio e televisão), focando, assim, os eixos das candidaturas na exibição de programas que acabam criando dinâmica própria. A partir de tal perspectiva, observa-se uma espécie de “diálogo” entre os candidatos que tratam de temas semelhantes a cada pleito, apresentando, defendendo ou replicando proposições em rede nacional de rádio e televisão.

A projeção da imagem de um candidato passa por um processo que leva em consideração diversas variáveis. Entre elas, destacamos: características pessoais, plataforma do partido, coligações, opositores, grupos de pressão, orçamento de campanha, demanda social, trajetória política, entre outras.

Atingindo um grande público, uma vez que é veiculada em toda rede televisiva nacional, a propaganda política cria a impressão de ser direcionada a cada telespectador individualmente. A imagem que o candidato constrói procura despertar no telespectador e eleitor um sentimento de intimidade. Para isso, o candidato/a candidata utiliza um tom emocional em seus discursos, buscando atingir as esperanças, expectativas, ambições e desejos de quem assiste. É desse modo que a propaganda política é utilizada pelos parlamentares e partidos políticos, criando correntes de opinião, suscitando desejos coletivos e captando a atenção da população através dos discursos e técnicas de produção.

Assim, uma das formas de identificar que tipo de imagem o candidato quer apresentar para seus eleitores é observar o enfoque do conteúdo de campanha. Para isso, os programas veiculados durante o HGPE são espaços que possibilitam detectar e comprovar os temas e agendas que contribuem para divulgar e consolidar uma imagem pública.

ARAÚJO et al, (2012) afirmam que a dinâmica do HGPE obedece a duas estratégias, a primeira por parte dos partidos, que organizam a propaganda de TV e priorizam candidatos de acordo com a dinâmica interna de competição eleitoral. E a segunda, por parte dos candidatos, que, ao receberem um espaço no HGPE, utilizam esse recurso para promover suas candidaturas e agendas e assim apresentarem-se como atores políticos para o eleitorado.

Entre os meios de comunicação de massa, a televisão tem sido considerada como um dos principais formadores de opinião quando se fala em campanhas eleitorais, principalmente no Brasil, onde a propaganda eleitoral gratuita possui uma enorme importância na escolha de candidatos a cargos públicos. Desta forma, através do HGPE, os candidatos à disputa produzem os conteúdos, sem a intervenção de nenhum outro agente externo aos partidos. De certa forma o HGPE reduz a influência das empresas de comunicação, pois permite aos partidos e candidatos que proponham sua própria agenda temática e deem prioridade e visibilidade às questões e pautas que julgam mais apropriadas.

A mídia tem um papel de grande importância na disseminação das representações da realidade e da imagem dos candidatos e dos partidos, influenciando a formação da opinião pública em diferentes circunstâncias, especialmente durante o processo eleitoral. Desta forma, nota-se que é preciso investigar determinantes políticos na disseminação e manutenção de determinados discursos através do HGPE, não só a partir de categorias de gênero, mas também a partir de elementos que refletem a dimensão moral da política brasileira e o “evitamento” de temas polêmicos.

A propaganda eleitoral em rede é veiculada em dois períodos diários de 25 minutos cada, exceto aos domingos, com pequenas variações entre os períodos e dias de exibição. A distribuição dos horários reservados à propaganda eleitoral em rede e sob inserções de cada eleição é feita entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios: a) um terço igualmente; b) dois terços proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerando, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integram. Sendo assim, a representação partidária para fim de propaganda eleitoral, conforme dispõe o art. 47, § 3.º, da Lei n.º 9.504/97, corresponde à representação de cada partido político na Câmara dos Deputados resultante da sua última eleição.

Devido às mudanças nas regras eleitorais, este ano a propaganda de rádio e televisão já começou a funcionar de maneira diferente. O período eleitoral nestes veículos ficou menor, passou de 45 para 35 dias. Outra mudança foi no tempo de TV. As campanhas têm, no total, dez minutos em cada uma das duas inserções obrigatórias na televisão. A duração de cada coligação ou candidato será analisada caso a caso pelos juízes eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais. As campanhas têm, também, 70 minutos de propaganda garantida ao longo do dia na programação da TV aberta, sendo 60% do tempo para candidatos majoritários e 40% para os proporcionais.

Após a distribuição do tempo de propaganda entre os partidos, a distribuição de tempo entre os candidatos fica a critério das lideranças e/ou direções partidárias. Entre os candidatos majoritários o tempo é definido previamente baseado no total de minutos que o partido e/ou coligação dispõe, no caso dos candidatos proporcionais a divisão é feita pelas lideranças partidárias, sendo assim distribuído de forma estratégica, beneficiando os candidatos que possuem maior “peso” e são potencialmente elegíveis.

O HGPE marca o início das campanhas eleitorais para o eleitor e faz com que este fique mais atento às eleições e comece a buscar opções e alternativas para seu voto. Com o passar do tempo, ele tem se consolidado como uma ferramenta importante para os candidatos, pois permite que estes construam suas identidades políticas e também é um instrumento que permite ao eleitorado definir suas opções de voto.

4.3 Modelos Internacionais de Propaganda de TV

O trabalho de Daniel Zovatto faz uma análise comparada dos sistemas de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais em dezoito países da América Latina. O tema dos meios de comunicação está ligado a dois princípios democrático eleitorais básicos: a equidade e o direito à informação. De um lado, todos os partidos devem ter a oportunidade de apresentar aos cidadãos, através dos meios de comunicação, os seus candidatos, plataformas e programas eleitorais. De outro, os eleitores devem ter a possibilidade de se informarem adequadamente acerca das opções eleitorais e suas propostas, como uma base mínima para realizar uma “eleição informada”.

Não obstante, o princípio de equidade é difícil de garantir na prática. São várias as causas que obstaculizam o acesso igualitário das agrupações partidárias e seus candidatos aos meios de comunicação. Por um lado, os donos e administradores dos meios estão frequentemente vinculados a poderosos grupos econômicos e políticos. Mesmo nos meios de propriedade coletiva é comum que os que controlam as ações tenham interesses específicos, que os levam a privilegiar ou dar maiores espaços ou tempos aos grupos políticos que, manifestam ou veladamente, representem tais interesses.

Assim, apesar das iniciativas estatais nesse campo, na maioria dos países, ainda existem profundas iniquidades provocadas fundamentalmente pelo predomínio de uma fórmula que combina o acesso gratuito aos meios de comunicação, especialmente aos estatais, com uma alternativa de contratação dos meios privados pouco regulamentada e, em geral, difícil de controlar. A contratação privada produz frequentemente desequilíbrios entre os

diferentes partidos, na medida em que são estes e os candidatos que dispõem de maiores recursos que têm mais acesso aos espaços privados.

Também há baixa audiência que caracteriza, em geral, as emissoras de tevê e rádio estatais, o que obriga até os pequenos partidos a optarem pela contratação dos meios de comunicação privados. De alguma forma, o subsídio estatal indireto se torna então irrelevante.

As desigualdades também ocorrem pelos efeitos da revolução das comunicações sobre o financiamento da política, pois tornam desatualizadas determinadas disposições jurídicas que regulam o acesso dos partidos aos meios, seja com a televisão a cabo, televisão a satélite e a Internet. Esses aspectos podem aumentar a desigualdade, pois são os partidos com maiores recursos e contatos internacionais que têm capacidade de incursionar nessa nova modalidade para transmitir suas mensagens políticas. (RIAL, 1999, mimeo)

Segundo Zovatto, a política se expressa hoje, mais do que nunca, através dos meios de comunicação social e o acesso dos partidos à televisão, rádio e imprensa tem distinções. Em seu trabalho, ele apresenta as modalidades de acesso aos meios eletrônicos pelos partidos latino-americanos resumidas em cinco tipos. (RIAL, 2004, p. 45-75)

Horário eleitoral gratuito e horário para expressão de pensamento partidário entre eleições. Única forma de propaganda permitida. Proíbe-se o pagamento de espaços a forças políticas. Pode ser na televisão e também no rádio ou unicamente em algum desses meios. Isso só acontece no Brasil e no Chile.

1. Combinação entre uso de horários regulados publicamente e liberdade de contratação em um esquema de três níveis formados por um horário gratuito, espaços pagos com fundos públicos e espaços contratados privadamente.

2. Horário eleitoral em meios estatais e privados, mais a possibilidade de contratar espaços privadamente. Em alguns países também há horários fora do período eleitoral.

3. Horário em espaço estatal, mais a possibilidade de contratar espaços privadamente. Em todos os casos, o horário estatal é praticamente irrelevante e, em alguns casos, inexistente. A contratação de publicidade costuma não ter limites.

4. Liberdade de contratação de tempo em rádio e televisão.

As modalidades apresentadas explicitam duas tendências relevantes na regulamentação: a concessão para a maioria dos países (76%) de espaços gratuitos aos partidos nos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo na televisão pública e a intenção de conceder esse tipo de financiamento indireto exclusivamente para fins de propaganda eleitoral. Brasil, Colômbia, México e Peru são os únicos países onde a legislação eleitoral específica que o acesso dos partidos aos meios de comunicação é de caráter permanente.

A Tabela 7 mostra um comparativo entre os países da América Latina em relação à forma de distribuição de tempo e espaço na televisão durante a propaganda eleitoral gratuita. É interessante notar que o Brasil é o único país que não permite propaganda paga em rádio e nem em televisão, ou seja, o único país onde a propaganda eleitoral é totalmente gratuita, mas garante aos partidos um horário diário de publicidade gratuita durante a campanha eleitoral.

Outra particularidade é o Chile. O país proíbe a contratação em televisão aberta, onde concede o horário gratuito, mas é possível contratar propaganda eleitoral em emissoras de rádio, televisão a cabo e imprensa escrita.

Tabela 7 - Acesso dos partidos políticos aos meios de comunicação na América Latina⁹

País	Proibição de propaganda paga na mídia	Acesso gratuito à mídia	Fórmula de distribuição de tempos e espaços
Argentina	Não	Sim	Igual entre partidos, confederações ou coalizões com listas de candidatos reconhecidas oficialmente. Em meios públicos e privados.
Bolívia	Não	Sim	Igual entre partidos ou coalizões e seus candidatos. Somente em meios públicos.
Brasil	Sim (rádio e televisão)	Sim	Um terço por igual entre todos os partidos com candidatos legalmente inscritos, 2/3 divididos proporcionalmente pelo número de representantes de cada partido na Câmara de Deputados. Em meios públicos e privados.
Colômbia	Não	Sim	Uma parte por igual (70%) e outra proporcional ao número de assentos no Congresso (30%). Meios públicos e privados.
Costa Rica	Não	Não	-

⁹ Tabela apresentada no artigo de Daniel Zovatto: “Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada”.

País	Proibição de propaganda paga na mídia	Acesso gratuito à mídia	Fórmula de distribuição de tempos e espaços
Chile	Sim ¹⁰	Sim	Eleições presidenciais: igual entre candidatos. Eleições parlamentares: proporcional ao número de votos nas eleições anteriores. Em televisão pública e privada.
Equador	Não	Não	
El Salvador	Não	Sim	Igual entre partidos. Somente em rádio e televisão do Estado (não se aplica na prática).
Guatemala	Não	Sim	Igual entre partidos. Somente na rádio e televisão do Estado, para dar a conhecer programa político (30 minutos semanais durante os processos eleitorais).
Honduras	Não	Não	-

¹⁰ É possível contratar propaganda em emissoras de rádio, TV por cabo e imprensa escrita.

País	Proibição de propaganda paga na mídia	Acesso gratuito à mídia	Fórmula de distribuição de tempos e espaços
México	Não	Sim	Em período eleitoral, o 96% se distribuirá entre os partidos que participaram da eleição anterior e contam com representantes no Congresso, do seguinte modo: 30% em forma igualitária e 70% em forma proporcional à sua força eleitoral. Do tempo de transmissão previsto, corresponderá a cada partido de registro novo sem representação nas Câmaras do Congresso da União, 4% do total. Em meios públicos e privados.
Nicarágua	Não	Não	-
Panamá	Não	Sim	Igual entre partidos. Não há horários para os candidatos de livre postulação. Somente em meios estatais.
Paraguai	Não	Sim	Igual entre partidos. Em meios públicos e privados.

País	Proibição de propaganda paga na mídia	Acesso gratuito à mídia	Fórmula de distribuição de tempos e espaços
Peru	Não	Sim	A metade se distribui igualmente entre partidos e a outra metade é proporcional à representação parlamentar. As novas forças partidárias dispõem de um tempo equivalente ao do partido político que tenha menor adjudicação de minutos. Em meios públicos e privados.
República Dominicana	Não	Sim	Igual entre partidos. Somente em meios de comunicação do Estado.
Uruguai	Não	Sim	Igual entre candidatos presidenciais dos partidos políticos com representação parlamentar, tal como os partidos que nas eleições internas tenham alcançado uma porcentagem igual a 3% dos habilitados para votar. Somente em meios públicos.
Venezuela	Não	Não	-

Assim, a propaganda eleitoral ocupa um lugar de destaque entre as estratégias de comunicação em uma campanha. A veiculação dos programas alerta o eleitor de que é hora de pensar nas eleições e de decidir o voto. Segundo enfatizaram Panke e Cervi (2011), o HGPE dá visibilidade à campanha eleitoral e desperta o eleitor para o pleito. Os autores sustentam

que, até o início da propaganda eleitoral gratuita, as reflexões sobre política referentes às eleições acontecem, em sua maioria, na esfera pública e, nem sempre, são levadas para dentro das casas. A veiculação do HGPE faz com que essa ordem se inverta e a discussão política entre no âmbito privado das famílias e passe a fazer parte do cotidiano delas, lembrando ao eleitor de que chegou o momento de se informar, falar e debater a política eleitoral.

Com a televisão e o rádio, todos os eleitores têm a possibilidade de assistir ao HGPE ou de ouvi-lo; mesmo que não façam diariamente, acompanham (no todo ou em parte) os programas eleitorais durante as semanas que antecedem a votação. “O horário eleitoral é, com toda certeza, uma das duas ou três fontes de informação política mais importantes para a população”. (SCHMITT; CARNEIRO; KISHNUR, 1999, p. 287)

4.4 **Campanha Eleitoral através do HGPE no Rio de Janeiro**

Como visto acima, os meios de comunicação são instrumentos vitais na vida contemporânea. Isto se aplica também à política, que tem por dois tipos de intermediários fundamentais: as redes pessoais e os meios de comunicação de massa. (BECK, apud RENNÓ, 2006) São estratégicos, também, para a legitimidade ou a recusa daqueles que se habilitam a um cargo público. Assim, esta seção procurou estudar a relação entre candidatos e as condições em que estes reproduzem ou não os estereótipos sobre o masculino e o feminino. E também, de que forma (e se) as temáticas relativas às políticas para mulheres aparecem neste espaço.

Como foi abordado no capítulo 1, a ideia acerca da necessidade da presença da mulher nos espaços de poder político institucional deve passar também pela discussão da natureza da representação. Segundo Pinto e Moritz (2009), não basta apenas a presença da mulher na política institucional, é necessário que a mulher esteja presente nesses espaços, enquanto sujeito político mulher, lutando pelas suas causas.

Assim, o espaço no HGPE não é mais democrático, apenas porque tem entre seus participantes um número proporcional de mulheres, mas porque além de ter a presença dessas mulheres, estas podem representar os interesses atinentes ao seu grupo social. Nesse sentido, Phillips entende que apesar da presença não garantir a ideia, os grupos sociais, que foram historicamente excluídos do poder político, estarão mais bem representados por aqueles que partilham das mesmas perspectivas de grupo, das mesmas lutas e anseios, pois uma política de presença pode desenvolver uma política de ideias. A autora parte do princípio de que as ideias não podem ser tratadas separadamente das pessoas que as conduzem, por isso sugere que se

alie a política de ideias a uma política de presença. A autora considera que para uma representação melhor é preciso levar em conta as características do representante e afirma: embora a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto às falhas da outra. (PHILLIPS, 2001, p. 289)

Contudo essa noção de representação abre uma questão crucial: será que existe uma correspondência de ideias em relação à identidade dos representantes? Ao que parece, os interesses das mulheres, apenas enquanto mulheres, não serão necessariamente os mesmos, pois elas, muitas vezes, fazem parte de grupos distintos. O fato é que nem sempre pertencer a um grupo significa que as demandas deste grupo serão expressas da mesma forma, pois as mulheres candidatas ou representantes eleitas não precisam, necessariamente, ter comprometimento com a questão feminina. Além disso, as mulheres podem discordar sobre quais são seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar (ARAÚJO, 1998), por isso outras teses acerca da representação feminina falam em perspectiva social em vez de interesse.

Nesse caso, o acesso das mulheres às instâncias públicas e ao poder institucional deve ocorrer, justamente, porque elas partem de uma mesma perspectiva social, que está vinculada às experiências de vida delas e não porque as representantes teriam as mesmas opiniões ou interesses. Esta noção passa a ser um ponto de partida para Iris Young, no entendimento de que as mulheres devem estar presentes nos espaços políticos porque teriam a perspectiva feminina, embora, não se possam delimitar os interesses que as mulheres advogarão, realmente, ao chegarem ao poder. Young entende que as mulheres possuem interesses diversos, mas a perspectiva social, em princípio, seria a mesma, de acordo com os padrões de experiência que estas mulheres compartilham. (YOUNG, 1997 apud MIGUEL, 2001, p. 265)

Assim, o objetivo nesta parte foi mapear os enquadramentos temáticos propostos pelos candidatos, discutindo algumas de suas implicações. Em termos gerais, buscou-se identificar possíveis mudanças nos usos desse estilo “feminino”, ora como uma parte explícita do seu discurso, ora como uma parte tácita e como esse discurso reforça e/ou desafia estereótipos de gênero. Entendendo que discursos são modos partilhados de dar sentido ao mundo encarnados em linguagem e alicerçados em premissas, julgamentos e anseios (Dryzek, 2000, p. 18), foram identificados quadros interpretativos que refletem as diversas perspectivas que constituem os debates feministas para poder definir e trabalhar com a categoria “gênero”. Para

isso, usei como referência o trabalho de Ricardo Fabrino Mendonça e Ana Carolina Ogando¹¹, que constrói categorias teóricas para sistematizar a temática de gênero no discurso de campanha. Assim, quando eu exponho o conceito “temática de gênero” estou me baseando e construindo o raciocínio a partir destas duas categorias.

1. *O discurso da igualdade* questiona as profundas assimetrias entre homens e mulheres e apregoa a urgência de um mundo mais equânime, em que os sujeitos estejam em pé de igualdade. O escopo desse discurso questiona a construção social de gênero e sexualidade e leva em consideração como a dinâmica da subordinação das mulheres tem implicações para questões mais amplas como cidadania e justiça. (Fraser, 2003; Young, 1990; Okin, 1989; Dietz, 1987) Debates neste campo reconhecem que os sistemas de opressão que atuam sobre as hierarquias de gênero também cruzam os eixos de raça, classe, sexualidade, entre outros. (Crenshaw, 1991, 2002; Collins, 1998) Tematizando a opressão sistemática a que mulheres estão submetidas e a ausência destas em diversas esferas sociais, tal discurso ressalta que as mulheres devem se igualar aos homens, celebrando conquistas obtidas nessa direção e denunciando as diversas assimetrias existentes.

2. *O discurso da ética do cuidado (ethics of care)* enfatiza a diferença entre homens e mulheres e afirma a positividade de muitas características femininas para a esfera da política. (Chodorow, 1989, 1999; Gilligan, 1982; Elshtain, 1981) Nessa abordagem, as mulheres seriam mais carinhosas, mais emotivas, menos bélicas e competitivas. As diferenças entre homens e mulheres são baseadas nas formas com que as mulheres se relacionam com o mundo, com as prioridades que estabelecem, com os interesses que defendem, com a maneira como abordam e atuam na política e com os seus valores. A presença feminina no poder garantiria a superação da racionalidade instrumental que coloca o êxito econômico à frente do cuidado com o outro. Atrelando a *ética do cuidado* aos instintos maternos, esse discurso sinaliza para a viabilidade de uma prática política menos competitiva, cínica e corrupta.

Aqui foram analisados dados referentes ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do ano de 2010 para a Câmara dos Deputados. Pretende-se mostrar a distribuição deste espaço midiático entre os candidatos e candidatas, comparar as estratégias e as temáticas principais citadas e abordadas por homens e mulheres. A intenção é detectar a presença ou ausência de marcadores de gênero no HGPE, ou seja, se a forma como homens e mulheres compõem suas propagandas revelam diferenças significativas e se os papéis “tradicionais” de gênero são acionados nas agendas e estratégias dos candidatos na amostra.

¹¹ O trabalho é intitulado Discursos sobre o “feminino”: Ética do Cuidado e Essencialismo Estratégico nos programas do HGPE de Dilma.

Outro elemento a ser observado é a relação entre as candidatas mulheres e seus discursos acionados durante a propaganda, ou seja, se essas mulheres buscam construir uma agenda feminista vinculada a políticas de gênero ou abordam questões relacionadas a essa temática.

Conforme dito anteriormente, o material abrange 10 propagandas de 2010, ao longo dos 45 dias de campanha eleitoral na televisão. A os domingos não são veiculadas – cada dia um cargo diferente. Dos 46 candidatos eleitos em 2010, 39¹² aparecem no HGPE. Apenas três mulheres. E, entre os eleitos, 19 estavam tentando a reeleição para o mesmo cargo, deputado federal pelo Rio de Janeiro.

A Tabela 8 a seguir mostra a lista de candidatos eleitos em 2010 e se estavam tentando a reeleição e quais deles apareceram no HGPE.

Tabela 8 - Lista de candidatos eleitos em 2010

Deputados eleitos em 2010	PARTIDO	ESTAVA TENTANDO REELEIÇÃO EM 2010?	APARECEU NO HGPE
Adrian	PMDB	não	sim
Alessandro Molon	PT	não	sim
Alexandre Cardoso	PSB	sim	sim
Alexandre Santos	PMDB	sim	sim
Andreia Zito	PSDB	sim	sim
Arolde de Oliveira	DEM	não	sim
Aureo	PRTB	não	não
Benedita	PT	não	sim
Bittar	PT	sim	sim
Chico Alencar	PSOL	sim	sim
Dr Adilson Soares	PR	não	não
Dr Aluizio	PV	não	não
Dr Paulo Cesar	PR	não	não
Edson Santos	PT	sim	sim

¹² Não analisei os programas dos candidatos que depois entraram como suplentes, somente dos eleitos.

Eduardo Cunha	PMDB	sim	sim
Ezequiel	PMDB	sim	sim
Felipe Bornier	PHS	sim	sim
Filipe Pereira	PSC	sim	sim
Francisco Floriano	PR	não	não
Garotinho	PR	não	sim
Glauber	PSB	não	sim
Hugo Leal	PSC	sim	sim
Jair Bolsonaro	PP	sim	sim
Jandira Feghali	PC do B	não	sim
Jean Wyllys	PSOL	não	sim
Julio Lopes	PP	não	sim
Leonardo Picciani	PMDB	sim	sim.
Liliam Sá	PR	não	não
Luiz Sergio	PT	não	sim
Marcelo Matos	PDT	não	sim
Miro Teixeira	PDT	sim	sim
Neilton Mulim	PR	sim	não
Otavio Leite	PSDB	sim	sim
Paulo Feijo	PR	não	não
Pedro Paulo	PMDB	não	sim
Rodrigo Bethlem	PMDB	não	sim
Rodrigo Maia	DEM	sim	sim
Romário	PSB	não	sim
Sergio Zveiter	PDT	não	sim

Simão Sessim	PP	sim	sim
Sirkis	PV	não	sim
Stepan Nercessian	PPS	não	sim
Vitor Paulo	PRB	não	sim
Walney Rocha	PTB	não	sim
Washington Reis	PMDB	sim	sim
Zoinho	PR	não	não

Fonte: Elaboração própria e dados do TSE

Foram avaliadas as propagandas dos 46 candidatos eleitos no ano de 2010. A análise foi feita com base nas categorias definidas para descrever as principais temáticas abordadas neste espaço e a presença/ausência das abordagens relativas ao gênero. As categorias que estruturam a análise foram extraídas do trabalho de Skard e Haavio- Mannila, “UNFINISHED DEMOCRACY Women in Nordic Politics”. No trabalho, as autoras analisam a presença e características da atuação das mulheres no Parlamento Nórdico. Elas utilizam as seguintes categorias para classificar o trabalho legislativo¹³:

A Reprodução em termos econômicos é, acima de tudo, uma questão de colocar: trabalho, capital e matéria-prima retornando à produção. A Reprodução da força de trabalho significa que o trabalhador assalariado retorna no dia seguinte e na próxima geração. Isto tem sido, tradicionalmente, responsabilidade dos chefes de família e, acima de tudo, o monte de mulheres. A industrialização e a revolução da vida pública fora, entretanto, aumentaram a transferência do trabalho reprodutivo para o mercado e instituições públicas. A esfera reprodutiva social engloba o entorno do ambiente doméstico, das condições de vida, bem como de cuidados, educação formal e educação fora de casa.

Produção significa a produção de bens e serviços em troca do pagamento no mercado de trabalho. Trabalho produtivo ocorre no mercado de trabalho, famílias e no sistema público. Mas, na maioria das sociedades, os homens têm sido responsáveis pelo reconhecimento da produção, enquanto que o trabalho produtivo realizado por mulheres tem permanecido invisível.

¹³ Esta parte é uma tradução do trecho original do trabalho das autoras.

Preservação do sistema inclui políticas criminais, internacionais e de defesa, desenvolvimento do sistema político e administrativo e apoio ao interesse dos grupos de minorias.

Em síntese, as categorias¹⁴ são:

i. Reprodução: política social, familiar, sanitária, educativa, meio ambiente, habitacional, cultural e etc.

ii. Produção: política econômica, fiscal, trabalhista, industrial e de energias.

iii. Preservação do sistema: reforma política e administrativa, política externa e de defesa, apoio a grupos de minorias ou específicos.

Foram utilizadas também categorias temáticas definidas com base em informações constantes no site da Câmara de Deputados para explicar melhor os principais temas abordados dentro das categorias mais amplas.

Temas relacionados à categoria Produção:

a) Administração Pública, Reforma do Estado e Funcionalismo Público – matérias sobre questões referentes à administração pública direta e indireta, temas e discussões sobre reforma do Estado e sobre os funcionários públicos;

b) Política Econômica e Tributária – questões ligadas às políticas econômicas, sistema de tributação, desenvolvimento econômico e finanças em geral;

c) Jurisdição – questões atinentes a aspectos legais e constitucionais de matérias legislativas e propostas de revisão constitucional, alterações em Códigos e Leis que tratam dos juizados comuns e especiais;

d) Previdência Social – temas relativos à Previdência Social e à Reforma da Previdência;

e) Questões Internas à Câmara – matérias referentes a questões internas ao legislativo federal como processo legislativo, definição da Mesa Diretora, distribuição das Comissões, assuntos ligados às Proposições (trâmites, desarquivamentos...), questões ligadas ao regimento interno da Casa Legislativa, entre outros semelhantes.

Temas relacionados à categoria Reprodução:

a) Emprego, Trabalho e Formação Profissional – relacionados aos direitos trabalhistas em geral, às políticas de emprego, aos planos de cargos e salários, à concessão de benefícios e regulamentação do exercício de profissões, aos estagiários, às alterações na CLT;

¹⁴ As categorias estabelecidas pela PNUD tomam como referência o trabalho “UNFINISHED DEMOCRACY: Women in Nordic Politics”. No livro, autores desenvolvem as categorias para trabalhar com temas referentes à ação das mulheres no parlamento nórdico.

- b) Saúde Pública e Saneamento – matérias atinentes à saúde pública em geral;
- c) Habitação – matérias referentes à habitação e sistemas de financiamento da casa própria;
- d) Questões Educacionais – matérias sobre a educação básica, ensino médio e superior no Brasil, níveis de qualidade e desenvolvimento do ensino, direitos dos estudantes, investimento em educação como piso salarial dos professores, entre outros;
- e) Cultura – matérias ligadas a aspectos culturais, diversidade cultural e políticas de incentivo à cultura;
- f) Questões Sociais Gerais: ligadas à pobreza, à desigualdade econômica e à fome;
- g) Direitos Humanos em geral – categoria que não se encaixa nas mais específicas como “família, infância, adolescência e idosos”, “questões de gênero” e “minorias étnico-raciais”. Engloba também temas relativos à repressão política;
- h) Ciência e Tecnologia – questões gerais sobre desenvolvimento científico e tecnológico, inovações, pesquisas e investimentos no setor;
- i) Meio Ambiente – questões sobre aspectos climáticos, desenvolvimento sustentável, crimes contra o meio ambiente etc.

Temas relacionados à categoria Preservação do Sistema:

- a) Reforma Política e Legislação Eleitoral – questões referentes aos temas da reforma política e discussões sobre as leis que regulam os processos eleitorais;
- b) Relações Exteriores – questões sobre as relações entre o Brasil e outros países, sobre política internacional e política interna de outros países;
- c) Família, Infância, Adolescência e Idosos – matérias relativas à defesa da infância, adolescência, família e idosos;
- d) Questões Étnico-Raciais – questões sobre as relações raciais no Brasil, políticas específicas destinadas às matérias referentes ao preconceitos como racismo, xenofobia, etc.;
- e) Questões de Gênero – questões ligadas às áreas de saúde para mulher, áreas assistenciais para a mulher, violência contra mulher, igualdade de oportunidades no trabalho – entre outras semelhantes, políticas de incentivo à mulher na política, políticas sobre questões de gênero em geral, como por exemplo, a defesa da união estável para pessoas do mesmo sexo etc.

A Tabela 9 é uma síntese da análise e monitoramento no material do HGPE. Ela mostra um quantitativo de menções (por programa) nos discursos às categorias de análise estabelecidas nos 10 programas analisados.

Tabela 9 - Classificação do conteúdo dos discursos no HGPE

	Produção	Reprodução	Preservação do sistema	Gênero
Mulheres	0	15	2	2
Homens	32	119	16	13
Total	32	134	18	15

Fonte: Elaboração própria

Para identificar se o/a candidato/a explorou a temática de gênero e o tipo de abordagem utilizou-se o critério de identificação explícita sobre o assunto. Ou seja, se o discurso foi direto em relação à temática, se expuseram explicitamente o tema na propaganda. Observei somente os candidatos que foram eleitos. A Tabela 10 mostra que “Reprodução” foi a categoria temática mais citadas pelos candidatos em suas propagandas. Até mesmo entre os homens.

Tabela 10 - Temas Citados no HGPE

Temas citados	Frequência de citação	
	Mulheres	Homens
PRODUÇÃO		
Administração pública	0	4
Jurisdição/Justiça	0	1
Questões Internas da Câmara	0	1
Previdência Social	0	7
Pol. Econ. e Tributária	0	2
Royalties do Petróleo	0	17
REPRODUÇÃO		
Emprego, Trab. e Form. Prof.	2	36
Questões Educacionais	1	22
Saúde	1	13
Cultura	1	5
Habitação	0	3

Direitos Humanos	1	4
Ciência e Tecnologia	0	8
Meio Ambiente	1	5
Família, Crianças, Adol., Idosos	7	7
Questões sociais em geral	1	23
PRESERVAÇÃO DO SISTEMA		
Ref. Pol. e Legisl. Eleit.	0	10
Relações Exteriores	0	1
Questões étnicos-raciais	1	1
Mulheres	1	4

Fonte: Elaboração própria

Na propaganda eleitoral gratuita, a maioria das menções dos candidatos foram em relação à Reprodução. As principais áreas abordadas foram políticas sociais: saúde, educação, segurança pública, emprego e políticas habitacionais foram as principais áreas mencionadas. Homens e mulheres focaram na categoria **Reprodução** em seus espaços na TV. Em segundo lugar, aparece o tema da **Produção**, isso se deu muito por conta da questão dos royalties do petróleo, tema que estava em plena discussão na época da campanha eleitoral. Em 2010, a aprovação pela Câmara dos Deputados de uma emenda que mudou as regras de distribuição dos royalties do petróleo colocou o governo federal, Estados e municípios diante de uma polêmica envolvendo disputas políticas e interesses regionais. Os deputados decidiram que os royalties – espécie de compensação financeira paga pelos exploradores – deveriam ser distribuídos de forma igualitária entre todos os Estados e municípios do país. A decisão mudou a regra que vigorava, em que Estados e municípios produtores recebem uma parcela maior dos royalties pagos pelas empresas. Este assunto gerou grande mobilização no Rio de Janeiro. Além de manifestações pela cidade, foi um assunto muito explorado pelos candidatos em suas plataformas de campanha e principalmente no horário eleitoral.

A categoria **Preservação do Sistema** foi pouco acionada por ambos os sexos. E em relação a uma abordagem de gênero nos discursos, tanto por uma perspectiva conservadora como feminista, as menções foram mínimas nos programas analisados. Nomes como Benedita da Silva e Jandira Feghali, que têm uma trajetória de militância em defesa da igualdade de gênero e que são figuras femininas representativas, parecem não priorizar essa bandeira em

seus discursos na TV. Os homens que acionaram a perspectiva de gênero em seus discursos enfatizaram a questão da defesa da família e dos valores tradicionais.

Outro ponto importante é que no HGPE temas mais controversos são evitados, como sexualidade, aborto, entre outros. Mas um aspecto interessante é que estes temas são evitados somente quando têm uma abordagem não conservadora. Descriminalização do aborto não é mencionado, mas posicionamentos contra o aborto são frequentes, assim como a defesa da família tradicional. Na amostra candidatos que compõem a bancada evangélica se posicionaram explicitamente em relação ao tema e foram responsáveis pela soma no quadro quantitativo sobre a abordagem de temas relacionados a gênero. Abordaram a questão do aborto, família, saúde, sob um aspecto conservador.

Educação e segurança pública também foram assuntos priorizados pelos candidatos. Todos os candidatos utilizam, pelo menos, uma de suas inserções para se apresentar aos eleitores, sem focar ou fazer referência a algum assunto específico. Em geral, acontece no primeiro programa Quem já ocupa ou ocupou algum cargo público ou político apresenta seu histórico de atuação. E quem está se candidatando pela primeira vez apresenta suas principais bandeiras.

Alguns candidatos apresentam e defendem pautas muito conservadoras, mas nenhum defende ou apresenta de maneira explícita pautas feministas ou de interesse específico das mulheres. Nem mesmo as candidatas mulheres com trajetória na militância. As temáticas de gênero, sejam elas mais conservadoras ou feministas, não têm muito espaço no HGPE. Os candidatos priorizam sua trajetória pessoal ou destacam o que já fizeram quando estão concorrendo à reeleição. Isso em si já é um dado, pois estas pautas não são priorizadas na TV, mas em algum momento elas aparecem na produção legislativa dos eleitos.

A maioria dos candidatos têm tempos entre 15 e 30 segundos para se apresentarem e/ou apresentarem suas propostas e pautas. Alguns candidatos aparecem todos os dias na amostra analisada. Dois candidatos apareceram mais de uma vez no mesmo programa. A Tabela 11 mostra a média de tempo total de homens e mulheres eleitos no HGPE. Este é um dado interessante, pois as mulheres estão em minoria neste espaço e a média de seus tempos de aparição revela que elas precisam de mais tempo para conseguir ser eleitas.

Tabela 11 - Média de tempo total de homens e mulheres

Sexo	Média de tempo total no HGPE
Mulheres	170 SEGUNDOS
Homens	123 SEGUNDOS

Fonte: Elaboração própria

Assisti a todos os programas selecionados e foquei nas palavras-chave mencionadas pelos candidatos para classificar o conteúdo do discurso de acordo com as categorias estabelecidas. Para identificar a temática de gênero, categorizei de acordo com a forma explícita que os candidatos mencionavam o assunto. Ou seja, se utilizam em seus discursos explicitamente a palavra “mulher”. Das poucas menções a temática de gênero a maioria foram feitas por candidatos homens com um viés conservador, reforçando os papéis tradicionais de gênero na sociedade.

Os elementos principais que constroem o HGPE não apresentam diferenças substanciais entre homens e mulheres. Ou seja, em sua maioria, os candidatos participantes do HGPE possuem o mínimo necessário para a realização e produção da propaganda e as diferenças de estratégias entre homens e mulheres são mínimas. Revelando certa ausência de marcadores específicos de gêneros, principalmente no que tange aos discursos e temáticas abordadas.

Um ponto importante que revela a maneira estratégica pela qual se constrói o HGPE é o tratamento recebido por alguns candidatos neste espaço. Um exemplo concreto é o candidato Garotinho. Ele foi o que teve maior tempo, na amostra, e apareceu em todos os programas analisados. Foi o único de seu partido que apareceu no HGPE. A quarta mulher eleita pelo Rio de Janeiro foi Lilian Sá, candidata do partido do Garotinho e que não apareceu na propaganda. Ou seja, por ser uma figura muito conhecida, o tempo do partido foi todo para ele.

Na campanha de 2010 realizada no Horário Eleitoral Gratuito veiculado na televisão observou-se que as temáticas que se apresentam como carros-chefes dos candidatos analisados são questões que tratam de educação, questões que abordam o trabalho, a renda, o emprego ou salário, políticas e questões ligadas aos aposentados e questões abordando justiça social, pobreza e/ou inclusão social. As questões sobre direitos da mulher e a temática da saúde aparecem logo depois e são abordadas no HGPE por três das quatro candidatas

estudadas. Já os temas segurança/violência, esporte/cultura/lazer e a temática juventude apareceram em seguida como mais citados pelas mulheres.

Interessante observar que praticamente todos os temas dizem respeito às áreas de direitos sociais, que convencionalmente são áreas em que as mulheres têm se destacado em suas atuações políticas. Alguns destes temas relacionam-se aos cuidados. Estudos apontam que estas áreas são estereotipicamente reconhecidas como femininas, até porque remete às atividades tradicionalmente exercidas por mulheres. (PINHEIRO, 2007, p. 141) Porém, na propaganda, esses são os temas de mais apelo frente ao eleitorado, pois os principais problemas do cotidiano estão nas áreas de saúde, educação, logo são as principais bandeiras dos candidatos de ambos os sexos. Ambos priorizam basicamente as mesmas agendas e pautas e utilizam estratégias semelhantes de atuação.

O espaço no HGPE, ocupado pelos candidatos é organizado pelas coordenações de campanha e podem de alguma maneira privilegiar o partido para a captação de votos na legenda ou beneficiar outros concorrentes do mesmo partido, colocando em segundo plano o favorecimento individual do candidato.

Alguns elementos importantes que constroem o HGPE, como estrutura do programa ou técnicas de filmagem e edição, não apresentam diferenças substanciais entre homens e mulheres. Ou seja, em sua maioria, os candidatos participantes do HGPE possuem o mínimo necessário para a realização e produção da propaganda e as diferenças de estratégias entre homens e mulheres são mínimas.

Se por um lado a propaganda eleitoral gratuita não revela de maneira específica as agendas e objetivos dos candidatos, e observamos assuntos de ordem mais genéricas e nenhum tipo de discussão muito polêmica, isto revela que o HGPE é um espaço muito privilegiado, onde os candidatos não querem passar uma imagem dúbia ou despertar desconfiança nos eleitores, preferem manter uma “zona de conforto” temática, o que traduz certa dimensão moral do eleitorado brasileiro.

Somados aos determinantes ideológicos e estruturais, a maneira como os candidatos se identificam e a marca que os associam a diferentes grupos sociais, territórios, religiões, raça – entre muitos outros elementos – orientam a escolha dos eleitores. Por isso, entender como homens e mulheres se apropriam do espaço da propaganda é fundamental para a compreensão da dinâmica política no Brasil que envolve partidos, mídia, entre diversos elementos.

5 A ATUAÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO DE 2011 A 2015

Em 2010, a primeira mulher foi eleita para o mais alto cargo político, a Presidência da República. Apesar disso, as mulheres ainda permanecem ocupando minoria nos espaços formais de poder no Brasil, seja no Parlamento, seja no Executivo ou no Judiciário. Mulheres ocupam um dos últimos lugares na composição da Câmara dos Deputados no mundo, segundo ranking da IPU.

Desde a aplicação das cotas¹⁵ de participação política em alguns países, aumentando assim a presença das mulheres nos espaços de eleição popular – ou simplesmente o fato de ter mais mulheres nos parlamentos – surge uma série de estudos que tentam explicar o que, e como, o trabalho dos órgãos legislativos parlamentares se desenvolvem. Nesse sentido, pretende-se entender o tipo de representação que os parlamentares analisados executam e se (ou de que forma) o gênero se apresenta na atuação destes deputados.

5.1 Projetos de Lei Apresentados

Nesta parte do trabalho será feita a análise acerca de como e sobre o que legislam os deputados federais da bancada do Rio de Janeiro a partir das proposições de autoria de cada um deles.

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara. As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto de lei, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle. Para este trabalho foram analisados somente os projetos de lei apresentados pelos deputados.

Para que se possa analisar a atuação legislativa dos deputados do Rio de Janeiro na Câmara e verificar se existe a preocupação destes com temas referentes aos direitos da mulher procedeu-se a uma classificação das proposições nas mesmas áreas temáticas utilizadas para a análise HGPE. Esta definição e classificação do conteúdo das proposições apresentadas pautou-se nas suas respectivas ementas, pois foram considerados apenas os aspectos principais das proposições e não seus possíveis desdobramentos. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) estabelece que “nenhuma proposição poderá conter matéria

¹⁵ Lei 12.034, de 2009, que estabelece que o número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherão mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

estranha ao enunciado objetivamente e declarado na ementa”, portanto classificá-las pela análise das ementas é uma opção metodologicamente válida.

A atuação dos deputados surge como uma variável relevante para a compreensão de duas dimensões. Primeiro do próprio acesso ou reingresso no legislativo. Segundo para o foco específico da investigação: a possível correspondência ou relação entre os discursos sobre gênero/mulheres no HGPE e a representação dos interesses das mulheres na Câmara.

Um aspecto a ser considerado no âmbito deste estudo é a relação entre a chamada Representação Substantiva e o que definimos como *interesses das mulheres*. Neste debate (Phillips, 1995, 1998; Mansbridge, 1999, entre outros) é destacada a complexidade desta definição. Assim, temas associados com família, trabalho doméstico, direitos, podem ser associados com mulher/mulheres, mas não necessariamente vistos sob a ótica de interesses como interesses *emancipatórios* ou *estratégicos* para a igualdade de gênero. Ao contrário, podem ser vistos como de manutenção do sistema e/ou manutenção dos papéis tradicionais de gênero.

Em relação às proposições apresentadas, foi o que elegi como a forma mais eficaz para verificação da questão propostas no trabalho. Apresentar proposições e aprová-las por outro lado guarda alguma distância. Ademais, não necessariamente se torna o caminho mais eficaz de ação parlamentar. Outro aspecto é a escassa entrada de Deputadas em áreas relacionadas mesmo aos “interesses das mulheres”. Quatro mulheres foram eleitas em 2010, sendo que apenas três apareceram no horário gratuito de propaganda eleitoral.

Para que se possa analisar a atuação legislativa dos parlamentares na Câmara e verificar se existe a preocupação destes com temas referentes aos direitos da mulher procedeu-se a uma classificação das proposições em diferentes áreas temáticas. Esta definição e classificação do conteúdo das proposições apresentadas pautou-se nas suas respectivas ementas, pois foram considerados apenas os aspectos principais das proposições e não seus possíveis desdobramentos. Em seguida, essas áreas temáticas foram agrupadas nas categorias estabelecidas para análise geral desta etapa do trabalho.

As categorias temáticas utilizadas na presente análise acerca das proposições foram as mesmas utilizadas no capítulo anterior para a análise do HGPE, pois o objetivo central é fazer uma correspondência entre os dois momentos.

Tabela 12 - Quantitativo de projetos de leis (e categorias) apresentados por mulheres e homens

	Nº de PLs	Produção	Reprodução	Preservação	Gênero ¹⁶
					do Sistema
Mulheres	84	27	53	4	3
Homens	611	379	218	15	11
Total	695	406	271	19	14

Fonte: Elaboração própria

No período analisado foram apresentados 8.390 projetos de lei na Câmara dos Deputados. Como mostra a Tabela 12, 696 desses projetos foram apresentados pelos deputados federais do Rio de Janeiro, isso corresponde a 8,28% do total de proposições no período. A maioria dos projetos apresentados foram relacionados à categoria “Produção”. Que são projetos que tratam de política econômica, fiscal ou algum tema relacionado ao regimento interno da Câmara. Diferente do que aconteceu no HGPE, onde a maioria dos temas tratados foram em relação à categoria Reprodução. Esse é um dado importante, o contraste entre os temas defendidos na propaganda e nos projetos revela que as mulheres não estão somente envolvidas em temas ligados ao cotidiano.

A Tabela 13 apresenta a divisão dos principais temas abordados pelos parlamentares em cada categoria.

Tabela 13 - Temas principais apresentados em cada categoria

Produção	Reprodução	Preservação do Sistema
Administração pública (...)	Emprego, Trab. e Form. Prof.	Ref. Pol. e Legisl. Eleit.
Jurisdição/Justiça	Questões Educacionais	Relações Exteriores
Questões Internas da Câmara	Saúde	Família, Crianças,
Previdência Social	Cultura	Adol., Idosos
Pol. Econ. e Tributária	Habitação	Questões étnicos-raciais
	Direitos Humanos	Mulheres
	Ciência e Tecnologia	
	Meio Ambiente	
	Questões sociais em geral	

Fonte: Dados da Câmara dos Deputados e elaboração própria

¹⁶ Nesta coluna quis incluir projetos de lei que, além de se encaixarem em alguma das categorias de análise estabelecida, fizessem referência a algum tema de interesse das mulheres.

Tabela 14 - Proposições de Projetos de Lei por áreas temáticas

PRODUÇÃO		
Áreas Temáticas	Mulheres (N.A)	Homens (N.A)
Administração pública	5	53
Jurisdição/Justiça	0	19
Questões Internas da Câmara	19	201
Previdência Social	0	9
Pol. Econ. e Tributária	3	97
Total	27	379
REPRODUÇÃO		
Áreas Temáticas	Mulheres (N.A)	Homens (N.A)
Emprego, Trab. e Form. Prof.	12	35
Questões Educacionais	7	32
Saúde	2	18
Cultura	5	7
Habitação	9	19
Direitos Humanos	2	6
Ciência e Tecnologia	4	39
Meio Ambiente	6	28
Questões sociais em geral	6	34
Total	53	218
PRESERVAÇÃO DO SISTEMA		
Áreas Temáticas	Mulheres (N.A)	Homens (N.A)
Ref. Pol. e Legisl. Eleit.	0	1
Relações Exteriores	0	1
Família, Crianças, Adol., Idosos	0	1
Questões étnicos-raciais	1	1
Mulheres ¹⁷	3	11
Total	4	15

Fonte: Elaboração própria

O quadro acima mostra os principais temas dos conteúdos dos projetos apresentados pelos parlamentares. Dentro do material analisado é possível verificar que na categoria Preservação do Sistema a maior parte dos projetos apresentados pelos parlamentares diz respeito à temática envolvendo as mulheres. Os homens apresentaram, no período analisado, 11 projetos sobre o tema e as mulheres 3 projetos. É interessante notar que o conteúdo de todos os projetos apresentados têm como objetivo a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Os projetos não têm caráter conservador, do ponto de vista da manutenção dos

¹⁷ O Anexo II deste trabalho traz os projetos apresentados pelos deputados com os temas referentes aos interesses das mulheres.

papéis tradicionais de gênero, eles têm como objetivo principal corrigir as diferenças. Até mesmo os projetos apresentados pelos deputados ligados à bancada religiosa, como Arolde de Oliveira e Anthony Garotinho, tiveram como foco garantir igualdade de participação na política e fim da violência contra mulher.

Um aspecto interessante a respeito destes projetos apresentados é que os temas que envolvem o fim da violência contra mulher, maior participação na política e questões trabalhistas são trabalhados também pelos deputados que fazem parte de grupos mais conservadores. O ponto que distancia esses deputados dos parlamentares que têm uma trajetória de luta por igualdade de gênero e direito das mulheres parece estar nos temas ligados à sexualidade e direito reprodutivo.

A atuação das mulheres na Câmara, através da análise dos projetos de leis, mostrou-se diversificada. As parlamentares concentram suas proposições, também, nos temas incluídos no campo da Produção. Apresentar proposições e aprová-las, por outro lado, guarda alguma distância. Por último, um aspecto que se pode notar é a escassa entrada de Deputadas em áreas relacionadas mesmo aos “interesses das mulheres”, porém que saem dos tipos mais comuns. A ação no campo do Trabalho e do Emprego pode ser um desses aspectos. Embora os índices de desemprego e de precariedade entre mulheres seja mais elevado do que os dos homens, as iniciativas de parlamentares do sexo feminino parecem ser escassas. Estas se concentram mais em tratamento de temas mais tradicionais no campo do trabalho, como o da aposentadoria para dona de casa ou normatizações e ações associadas ao cooperativismo.

A partir destes dados nota-se que as proposições em que as deputadas federais mais atuaram no período estudado estavam focadas na categoria Reprodução. Contudo, cabe ressaltar que as temáticas relativas a categoria Produção também foram significativamente trabalhadas pelas mulheres. Homens e mulheres tiveram atuação intensa em projetos desta categoria. No HGPE as mulheres não citaram nada relativo ao tema e homens fizeram poucas citações, mas na dinâmica do trabalho legislativo os deputados abordaram esta temática em um grande número de projetos de lei apresentados.

Essa observação torna-se relevante na medida em que a maioria das pesquisas e obras apresentadas acerca da representação de mulheres no parlamento brasileiro demonstram que as representantes femininas têm desenvolvido sua atuação em Plenário basicamente em áreas consideradas como *soft politics*, associadas a políticas do desvelo, conforme já exposto no decorrer deste trabalho e nestes mesmos temas concentrariam, então, seus discursos de campanha.

Cabe enfatizar aqui que a hipótese geral levantada nesta dissertação diz respeito justamente à destacada presença destas deputadas no parlamento, devido ao capital político que possuem. Estas mulheres têm galgado espaços que constituíam verdadeiros nichos políticos de homens, em assuntos que sempre foram considerados de maior destaque e relevância na política nacional e até mundial.

Todavia, notando-se pela presença constante nas comissões voltadas às questões sociais e pela gama de proposições que apresentaram em áreas sociais, essas mulheres desempenham um importante papel, também, atuando em prol dessas demandas, principalmente em matérias de direitos humanos.

Assim, entende-se que a presença destas representantes promove visibilidade política às mulheres em geral, o que, a priori, contribui para o empoderamento das mesmas, no âmbito do poder político institucional.

Embora com um número ainda pouco expressivo da representação feminina na Câmara, as mulheres demonstram com seu trabalho na política que, para o avanço da democracia, é necessário ampliar os espaços de atuação feminina.

5.2 Análise da Participação dos Parlamentares nas Comissões

As Comissões são organismos instituídos na Câmara Federal e no Senado, compostos de número geralmente restrito de membros.¹⁸ São encarregadas de estudar e examinar as proposições legislativas e apresentar pareceres e cumprir atribuições indicadas na Constituição, no Regimento Interno ou no Ato formal que as criou. É também no âmbito das comissões que se apresentam e se estudam todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto. Nas Comissões se possibilita que esses aspectos sofram ampla discussão e haja mais liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da Comissão, irá orientar o Plenário na apreciação da matéria.

São duas as formas de apreciação: a conclusiva, quando os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário; e a realizada pelo Plenário propriamente dita, quando este é quem dá a palavra final sobre o projeto, após a análise das comissões.

Existem *comissões permanentes e não permanentes*. As descrições das mesmas seguem abaixo:

¹⁸ De acordo com informações disponíveis nos sites www.camara.gov.br; www.senado.gov.br; www.planalto.gov.br (acessados entre 2 e 09 de novembro).

- *Permanentes* – subsistem através das legislaturas. São organizadas em função da matéria. Também são chamadas de “Comissões Temáticas”.

- *Temporárias* – extinguem-se com o término da legislatura, ou antes dela, quando constituídas apenas para opinarem sobre determinada matéria.

Na Câmara são classificadas em três tipos: *Especiais*, *Externas* e de *Inquérito*.

As *especiais (da Câmara)* são constituídas para: i) dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição; ii) dar parecer a projeto de código; iii) e ainda sobre proposições que versarem matéria de competência de mais de três Comissões.

As *externas* destinam-se a representar a respectiva casa em congressos, solenidade e outros atos públicos. Também poderão ser instituídas para cumprir missão temporária autorizada, sujeitas à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

As *parlamentares de inquérito* desempenham importante papel na fiscalização e controle da Administração. Não há limitação para a sua criação, desde que preenchidos alguns requisitos previstos no art. 58, § 3º da CF. *São sempre temporárias*.

As *Mistas* são formadas por deputados e senadores, para o estudo de assuntos expressamente fixados (assuntos de competência do Congresso Nacional, em sessão conjunta). *Podem ser permanentes ou temporárias*.

A *Representativa* tem natureza diversa das comissões técnicas. Tem a função de representar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar. É eleita na última sessão ordinária de cada período da sessão legislativa. Deve ser formada por 7 (sete) Senadores e 16 (dezesseis) Deputados e igual número de suplentes, eleitos pelas respectivas Casas.

Na Câmara dos Deputados, atualmente, são 20 comissões permanentes. A estruturação e a composição formal das Comissões dependem, basicamente, do que está previsto nos Regimentos Internos.

O número de membros efetivos das Comissões Permanentes é estabelecido por ato da Mesa Diretora. Formalmente cabe à Mesa ouvir o Colégio de Líderes.¹⁹ O número de Comissões pode variar em cada legislatura (assim como de ano para ano).²⁰ Além de critérios técnicos e temáticos, há o princípio (central e usual) de *proporcionalidade partidária que se procura preservar*. O número é, também, fruto da correlação de forças política, pois leva em conta a composição partidária da Casa.

¹⁹ Estrutura política formada pelos líderes partidários e mais o líder da maioria e da minoria, definidas a partir dos posicionamentos partidários para compor bancadas do governo e da oposição.

²⁰ Estas definições ocorrem, de acordo com o regimento, no início dos trabalhos da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura. Enquanto isto, prevalecem as comissões estabelecidas na legislatura anterior.

Sobre o *tamanho da Comissão*, o Regimento diz que o número total de vagas nas Comissões não excederá o da composição da Câmara. Por legislação um mínimo de 5% e um máximo de 12% do total de Deputados. Ou seja, mínimo de 25 e máximo de 42 Deputados. Contudo o levantamento mostra que pode existir uma pequena variação.

5.3 Mulheres nas Comissões

A seguir serão apresentadas informações²¹ sobre a participação das quatro²² Deputadas Federais, eleitas em 2010 pelo Rio de Janeiro, nos órgãos da Câmara, para compreender onde e como as representantes têm atuado. Interessante destacar que as Comissões Permanentes têm atribuições específicas, elencadas no Regimento Interno da Câmara de Deputados, mas as Comissões Especiais, como são temporárias, tratam de temas diversos, inclusive temas das próprias Comissões Permanentes, pois analisam, muitas vezes, a admissibilidade e o mérito de determinada proposição. Será feita a descrição acerca da participação de cada uma das deputadas nas Comissões no período de 2011 a 2015, 54ª Legislatura.

Outro elemento agregado nesta parte da análise foram os principais pronunciamentos das candidatas no plenário da Câmara. A tribuna do plenário é um espaço privilegiado e que garante certa visibilidade, pois as sessões são transmitidas ao vivo, via canal legislativo. Assim, os discursos são uma forma de marcar posição em relação a algum tema e também mostrar ao eleitorado e audiência a assiduidade no trabalho legislativo. É também uma maneira de mostrar quais os principais temas de interesse e áreas de defesa e atuação destas deputadas.

I. Andreia Zito - Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):

A deputada federal Andreia Zito foi duas vezes deputada estadual. Também foi vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro (1999-2001) e membro do Conselho de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro (2005-2006).

Na Câmara dos Deputados, a deputada participou de cinco Comissões Permanentes. Foram elas a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público- CTASP, Comissão

²¹ As informações foram coletadas no site da Câmara dos Deputados e através do site: <http://arthur233.wixsite.com/oquefezseudeputado>, projeto que reúne uma síntese de aspectos relacionados à atuação dos deputados federais do Rio de Janeiro.

²² A deputada federal Liliam Sá não apareceu no HGPE, mas para complementar a análise, incluí a deputada nesta seção.

de Seguridade Social e Família – CSSF, Comissão de Turismo – CTUR, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO e Comissão de Educação – CE. A deputada atuou em Comissões Especiais, como a Comissão Especial de Catástrofes Climáticas, Comissão Especial da Igualdade de Direitos Trabalhistas e Comissão Especial de Medidas Socioeducativas a Infratores.

Discursos: A deputada Andreia Zito fez discursos de homenagens, agradecimentos, pedido de aprovação de projetos de lei, entre outros temas. Abordou questões relacionadas à aposentadoria de trabalhadores, como o regozijo pela votação em segundo turno da PEC 270 que garante ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade. Mostrou-se a favor da realização do movimento popular Outubro Rosa, destinado ao câncer de mama e fez um apelo à Casa de aprovação do PL 1752 que diz respeito ao estabelecimento de prazos máximos para a realização de exame mamográfico e encaminhamento da paciente aos serviços especializados e do PL 1897, sobre a prevenção e tratamento do câncer de próstata por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.

II. Benedita - Partido dos Trabalhadores (PT):

Sua atuação parlamentar teve início em 1982, quando foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Iniciou sua trajetória na Câmara dos Deputados em 1987, casa para a qual retornou em 2011. Foi eleita senadora no ano de 1994 e permaneceu no cargo até 1998, quando decidiu disputar o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Foi vice-governadora de 1999 a 2002. No ano de 2010 foi eleita novamente Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

No período analisado, a deputada participou da Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, Comissão de Legislação Participativa – CLP, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN, Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – MERCOSUL e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

Discursos: A deputada Benedita da Silva fez, ao todo, 735 discursos proferidos em plenário. Demonstrou apoio ao governo Dilma em diversos momentos e abordou temas relativos à discriminação racial e à intolerância a minorias. Defendeu, ainda, a votação da Lei Geral da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a instalação da Comissão Nacional da Verdade, destinada à investigação de violações de direitos humanos durante o regime militar e a destinação integral ao setor da educação dos recursos oriundos de royalties de petróleo.

III. Jandira Feghali Partido Comunista do Brasil (PCdoB):

A deputada federal Jandira Feghali é natural de Curitiba, médica cardiopediatra, sindicalista e ingressou na política em 1981, ano em que filiou-se ao PCdoB, quando o partido ainda permanecia na clandestinidade. Foi eleita deputada estadual em 1986 e federal cinco vezes.

Na Câmara, presidiu a Comissão Especial do Ano da Mulher e a Subcomissão de Assistência Farmacêutica do Congresso Nacional. Foi vice-presidente da Comissão que analisou o substitutivo do Senado à proposta de emenda à Constituição (PEC) que alterou o Sistema de Previdência Social e vice-presidente da Comissão de Legislação sobre Direitos Autorais.

Discursos: A deputada Jandira Feghali fez, ao todo, 487 discursos. Abordou temas como a punição e abertura de arquivos secretos de membros das Forças Armadas acusados de tortura, o desenvolvimento da reforma agrária, o Marco Civil da Internet, a exploração sexual de criança ou adolescente, o sistema de cotas em universidades, demonstrou solidariedade do Partido Comunista do Brasil ao povo palestino no conflito armado contra Israel, prestou inúmeras homenagens às mulheres brasileiras e lembrou os 10 anos da morte de Leonel Brizola.

IV. Liliam Sá²³ Partido da República (PR):

A deputada Liliam participou de sete Comissões Permanentes: Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Viação e Transportes, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Seguridade Social e Família. A deputada atuou também em Comissões Especiais, como Estatuto da Família, Combate ao Tráfico de Pessoas, Políticas Públicas de Combate às Drogas, Educação sem Uso de Castigos Corporais e Medidas Sócio Educativas a Infratores.

Discursos: A deputada Liliam Sá fez discursos de homenagens, agradecimentos, pedido de aprovação de projetos de lei, entre outros temas. Abordou questões relacionadas ao desaparecimento de crianças, a instalação pela Casa da CPI destinada à investigação da

²³ A deputada Liliam Sá não apareceu no HGPE, mas considerei importante avaliar a atuação dela como parlamentar.

prática de turismo sexual e da exploração sexual de menores no país. Solicitou aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei sobre a instituição do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, que defende a internação compulsória de dependentes químicos e enfatizou a atuação da CPI destinada à investigação do tráfico de seres humanos e da CPI destinada à investigação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em relação aos discursos proferidos em plenário, as parlamentares conseguiram transitar entre temas mais variados, não se restringindo a assuntos voltados exclusivamente para áreas de Reprodução. Os homens em suas falas nas sessões plenárias também apresentaram abordagens temáticas diversificadas. A tribuna é um espaço privilegiado e de visibilidade. É o momento onde o parlamentar pode apresentar para seus colegas e para a audiência (pois as sessões são transmitidas pela TV) seus posicionamentos e opiniões.

A Tabela 15 e a Tabela 16 mostram a distribuição da participação de mulheres e homens nas comissões, por áreas temáticas, no período analisado. Uma característica importante é que homens participam de mais comissões simultaneamente do que as mulheres. Outro dado evidente é em relação aos temas de ocupação das comissões. Mulheres estão em maior parte em comissões voltadas para a temática de Reprodução, enquanto homens na de Produção. O padrão de atuação se mantém também neste espaço.

Tabela 15 - Distribuição da participação das mulheres nas Comissões por áreas temáticas

Comissões	Total
Produção	10
Reprodução	15
Preservação do Sistema	5

Fonte: Elaboração própria

Tabela 16 - Distribuição da participação dos homens²⁴ nas Comissões por áreas temáticas

Comissões	Total
Produção	26
Reprodução	13
Preservação do Sistema	7

Fonte: Elaboração própria

²⁴ Os detalhes sobre a ocupação de cada candidato nas comissões das quais fizeram parte estão na seção anexa.

A atuação destas parlamentares concentrou-se, principalmente, em Comissões de Direitos Humanos e Minorias, matérias ligadas a questões de Trabalho e Educação, entre outros temas relacionados às áreas sociais. Entretanto, elas também se destacaram em algumas áreas reconhecidas como sendo de *hard politics*, como temas sobre administração pública e reforma do Estado, finanças e tributação, desenvolvimento urbano, entre outros, onde o predomínio é de parlamentares masculinos, o que denota a inserção importante destas representantes na Câmara de Deputados. Estudos apontam que o perfil da maioria das deputadas federais se concentra apenas em áreas conhecidas como *soft politics*, que não são menos importantes à sociedade, mas que são consideradas na política como questões de menor prestígio e, na maioria das vezes, é o único nicho político em que as mulheres têm conseguido atuar.

Essas representantes, ainda, apresentaram uma atuação no campo político mais ligado ao tipo de capital delegado e, embora estejam muito voltadas a projetos e discursos de temas ligados às áreas sociais, na chamada “política do desvelo”, elas conseguem se destacar, também, ganhando espaço em temáticas que, a priori, exigem maior capital político.

De uma maneira geral, mulheres estão menos em comissões, ocupam menos cargos diretivos e suas presenças são marcadamente em comissões associadas com a Reprodução. As comissões ocupadas por mulheres se enquadram, principalmente, no tipo Reprodução, mas há também presenças naquelas definidas como de Produção e de Manutenção do Sistema.

Não há comissões com composição demográfica exclusivamente feminina. Ao passo que há muitas, como se pode notar, com composição demográfica exclusivamente masculina. Há certa recorrência no padrão de participação. E embora algumas comissões sejam mais recentes e ao mesmo tempo, estratégicas, como no caso da Comissão de Ciência e Tecnologia e Informação, a presença feminina é pequena e nunca uma presidência foi ocupada por mulheres.

Nota-se pequena evolução na participação de mulheres em algumas comissões definidas como de temas mais duros ou mais afetos aos homens, mas isto não é significativo. Há uma perenidade nos tipos de comissões às quais mulheres e homens participam. Isso também se reflete na participação dos deputados do Rio de Janeiro nas comissões.

Existe a prática do rodízio anual e cada partido pode indicar ou substituir um determinado deputado. Um aspecto que chama atenção é que o número e presença na comissão, embora permanente, depende de questões do contexto, projetos de lei, denúncias, entre outros aspectos. As mulheres também seguem um pouco essa lógica. No entanto,

provavelmente devido ao quantitativo, conseguem se inserir bem menos em comissões que em determinados momentos possam adquirir notoriedade.

Ainda em relação ao trabalho legislativo nas comissões, observou-se que a participação naquelas enquadradas no tipo Produção é bastante exígua, enquanto são as comissões de Reprodução as que comportam mais deputadas. Neste caso, e possivelmente com outras implicações, a ausência em áreas estratégicas e consideradas as mais importantes e a sobre-presença (em relação à realidade numérica) em comissões sociais e, portanto, percebidas como menos importantes, estabelece um tipo de vínculo entre Representação Descritiva e Representação Substantiva.

A composição numérica máxima é definida no início de cada legislatura e a distribuição interna considera o número de parlamentares eleitos por cada partido e o princípio da *proporcionalidade*. Este número total pode variar circunstancialmente devido a fatores partidários e outros. Em geral, a variação é pequena. A presença feminina de uma maneira geral está mais concentrada em comissões que podem ser definidas como de Reprodução; estão em número menor em Comissões de Produção e Manutenção do Sistema. Em relação às deputadas do Rio de Janeiro, temos apenas quatro representantes femininas, mas essa tendência se repete.

A presença total de mulheres na composição da Câmara interfere, antecipadamente, nos espaços e capacidade das mulheres se fazerem presentes, sobretudo, nas comissões mais importantes e com maior visibilidade.

Assim, o trabalho parlamentar e a ação legislativa surgem como variáveis relevantes para a compreensão de duas dimensões. Primeiro do próprio acesso ou reingresso no legislativo. Segundo para o foco específico desta investigação: a possível correspondência ou relação entre a representação descritiva e a representação substantiva. Mulheres estão menos em comissões, ocupam menos cargos diretivos e suas presenças são marcadamente em comissões associadas com a Reprodução. Em que medida se trata de escolha ou da falta desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA DOS PARLAMENTARES E O LUGAR DE GÊNERO

Neste item a intenção é fazer um comparativo entre os discursos dos candidatos às vagas que vão compor a Bancada do Rio de Janeiro na Câmara de Deputados com a atuação destes enquanto representantes. A ideia aqui é relacionar suas propostas com a participação destes nas Comissões da Câmara e nas proposições de sua autoria e analisar, por fim, como tem sido a representação da mulher no legislativo federal.

O objetivo da análise conjunta dos resultados obtidos na avaliação do HGPE e na atuação parlamentar foi investigar a correspondência entre o que é dito nas campanhas durante o HGPE e a atuação dos deputados depois de eleitos. Foi observado se o que eles priorizaram em suas agendas no HGPE foi, também, prioridade na condução de seus mandatos, principalmente em relação à temática de gênero. Um dos pontos principais da investigação foi saber como (e se) a temática de gênero aparece nesses dois momentos.

De acordo com a amostra analisada foi possível perceber que de fato há uma distância entre o que os candidatos dizem e o que os candidatos fazem. A campanha política é um campo que abriga muitas tensões, alguns candidatos se posicionam com mais clareza em relação a algum tema, classe ou bandeira. Mas a maioria fica numa espécie de “zona de conforto” temática durante a campanha. Focam em temas relevantes, mas que não provocam tensões ou polêmicas, como: saúde, educação, segurança, emprego. E nenhum destes temas é abordado sobre uma perspectiva de gênero, na maioria das vezes, seja sob um viés de rompimento com padrões tradicionais de gênero, seja sob um ângulo mais conservador e de manutenção destes papéis.

Partindo para a análise do trabalho legislativo, onde priorizei os projetos de leis apresentados, nota-se que este “não posicionamento” dos parlamentares permanece. Alguns poucos candidatos apresentam propostas com temáticas específicas em benefício de alguma categoria. Neste ponto, em relação a políticas para as mulheres a falta de propostas também permanece.

Apresentar projetos de lei é apenas parte da rotina de trabalho e um dos pilares da construção do mandato de um parlamentar, mas apresentar projetos com temas específicos faz com que os deputados sejam associados a este tema. É uma forma do parlamentar vincular sua

imagem e a de seu mandato a uma bandeira, se trabalhar bem e der visibilidade ao projeto apresentado.

Em minha análise pude observar isso de forma bem extrema. Candidatos ligados a bancada evangélica, no HGPE se posicionaram de forma explícita aos valores tradicionais de gênero e nas apresentações dos PLs também foi possível observar este posicionamento. E o candidato Jean Wyllys, que defendeu no HGPE pautas voltadas para a população LGBT, também apresentou propostas sobre o tema. De um lado o posicionamento conservador a respeito da temática de gênero, onde os principais representantes são religiosos e do outro candidatos e parlamentares que se posicionam de forma a romper com esses papéis. Ou seja, pode-se notar uma polarização de propostas e posicionamentos em relação a certas temáticas.

Os temas que interferem diretamente no cotidiano das pessoas, como saúde, educação, segurança pública e outros, não são pensados sob uma perspectiva de gênero. Não são apresentadas propostas durante a campanha e projetos de lei que priorizem as especificidades do “ser mulher” na sociedade. Esse é um ponto relevante, pois se esse aspecto não está sendo priorizado na campanha e nem na atuação legislativa, de que forma as políticas públicas para as mulheres ou que objetivem igualdade entre os gêneros se desenham?

Nesse ponto, a bancada feminina cumpre um papel importante. Daí, um ponto central é a questão da representação – só as mulheres falam pelas mulheres? Neste caso, poucos parlamentares estão “falando pelas mulheres”. Os candidatos são escolhidos com base em seus discursos, trajetória e diversos fatores que passam pela identificação destes com o eleitorado. A pauta feminina não é priorizada em nenhum dos dois momentos, de acordo com minha análise. São menções e ações pontuais em relação ao tema, tanto para uma abordagem mais conservadora quanto para uma abordagem que rompe com essa ideia.

Avaliar o que pode ser definido como *interesse das mulheres* pressupõe como sugerido uma classificação sobre os tipos de interesse. Interesse como temas associados à mulheres e\ou interesses como temas feministas, muitas vezes contrapostos à temas clássicos associados às mulheres. Com base nesta consideração preliminar notam-se algumas informações relacionadas com a ação parlamentar: presença em comissões, constituição de espaços de articulação e institucional e ação organizada para atuação em algumas situações. Isto pode indicar a importância de existir maior quantitativo de mulheres.

No âmbito dos temas legislados, mostrou-se um traço de gênero e distâncias entre temas apresentados no HGPE e projetos de lei apresentados na Câmara. Os temas que podem ser definidos como interesses das mulheres como um todo se situam em dois campos primordiais: violência e emprego. O mais tratado e consensual é mesmo o da violência.

Emprego e trabalho, embora seja outra área na qual o consenso tende a ser grande, não é objeto de muitas iniciativas, com exceção de questões relativas à maternidade. A saúde reprodutiva pode ser considerada a terceira, porém, como mencionado, enfrenta a resistência do tratamento de temas associados ao aborto.

O cenário brasileiro tem sido marcado, também, por aspectos de intensas desigualdades socioeconômicas que interferem nas condições da ação coletiva e da participação política. Este aspecto, ao lado do histórico de exclusão e das trajetórias mais típicas de formação de capitais políticos e eleitorais necessitam compor quadros analíticos que visem explicar a presença ou ausência das mulheres e também o processo de construção de seus mandatos.

Como visto, não há equilíbrio na ação parlamentar entre os três tipos – Produção, Reprodução e Preservação do Sistema. Alguns temas são tabus e até sofreram retrocesso no debate e denotam o (pouco) poder de pressão dos órgãos institucionais de mulheres e dos movimentos. No universo de deputados federais do Rio de Janeiro não houve avanços em relação a propostas que defendam igualdade de gênero ou até mesmo iniciativas que beneficiem o cotidiano das mulheres. Porém, quando comparamos os temas abordados no HGPE e o conteúdo dos projetos de lei apresentados, encontramos uma grande diferença. No HGPE os temas voltados à Reprodução são priorizados pelos candidatos enquanto que na atuação legislativa a maioria das proposições tiveram como foco a Produção, tanto para os homens quanto para as mulheres.

No entanto, esta tem sido uma característica importante da atuação feminina: ir além das temáticas de cunho universal e garantir àqueles grupos que sofrem preconceitos e discriminações, conquistas legais que lhes assegurem melhores condições de vida e de inserção na sociedade. Verificou-se, portanto, que o discurso das candidatas analisadas neste trabalho durante o período eleitoral coincide com a prática destas representantes na Câmara de Deputados. Elas têm atuado em suas proposições e participações nas comissões em prol de várias temáticas sociais que depois também destacam na campanha eleitoral.

Nestes casos o que parece determinar tanto a atuação quanto o discurso destas representantes é a lógica da presença, ou seja, a mulher defendendo principalmente os interesses de grupos que necessitam de reconhecimento. Neste caso, a presença da mulher como fundamental na defesa de direitos e demandas destes grupos.

Contudo, é preciso observar, ainda, que estas representantes parecem ter um compromisso com áreas como do trabalho, emprego, renda e previdência social, que não estão necessariamente ligadas à questão do cuidado, mas que possuem interface com os reclames de

determinados segmentos profissionais. Isso provavelmente se deve à trajetória política destas mulheres que tiveram uma participação efetiva em movimentos sindicais e sociais que reivindicavam por esses direitos, o que as leva a ter um olhar voltado a essas questões, objetivando ampliar ou assegurar os direitos das classes trabalhadoras, através da discussão dos aspectos legais destas questões.

É preciso ressaltar que essas representantes tiveram, também, uma expressiva presença nas Comissões da Câmara de Deputados no mandato da 54^a Legislatura, atuando e opinando sobre questões que exigem, no geral, grande capital político neste campo de atuação, como políticas de administração pública, política econômica, relações internacionais, entre outras, embora esses temas não tenham aparecido tanto em seus discursos durante a campanha eleitoral de 2010.

Com isso, este trabalho procurou investigar, em momentos distintos da representação política, como são abordadas as temáticas de gênero e se há algum tipo de correspondência entre o discurso dos então candidatos ao cargo de deputados federal e a atuação enquanto parlamentares. O objetivo geral foi analisar a representação da temática de gênero na Câmara dos Deputados, no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em 2010 e, também, na 54^a Legislatura para compreender de que forma esses parlamentares têm atuado enquanto sujeitos políticos, como legisladores e como candidatos no processo eleitoral. As questões que orientaram este trabalho foram basicamente: Qual o lugar da temática de gênero nos discursos de campanha e na atividade legislativa? O gênero é um recurso estratégico nas campanhas eleitorais? É um tema que tem recebido atenção no mandato dos deputados? Sob que viés ele é tratado nestes dois momentos? Quem fala de gênero? Quem atua nas questões relativas à temática de gênero?

Pôde-se perceber que as mulheres romperam barreiras importantes, mas ainda são poucas as que conseguem enfrentar o espaço da política e o fazem, em geral, com grandes sacrifícios: não têm intimidade com este espaço tradicionalmente masculino, não conseguem convencer seus maridos e companheiros a dividirem encargos domésticos e têm menos recursos financeiros do que os homens. Toda esta dificuldade começa com a educação diferenciada que as crianças recebem em função de seu sexo: meninos são educados para o espaço público, para a disputa, para a competição e meninas são treinadas desde cedo para as tarefas domésticas.

A história do movimento feminista registra momentos importantes na luta das mulheres em busca da emancipação. Organizadas, as mulheres conquistaram direitos essenciais, como o direito de votar e de se candidatar. Hoje, à mulher não cabe mais somente

o papel de esposa, mãe e dona de casa, como foi, infelizmente, durante um longo período de nossa história. Ampliou-se significativamente seu protagonismo na sociedade, entretanto a discriminação ainda perdura, o que faz com que elas sigam lutando pelos seus direitos e, sem dúvida, a grande batalha ainda está relacionada à ocupação de espaços de poder.

Considerando o que foi exposto no primeiro capítulo, a diferença entre representação descritiva e substantiva se faz importante (Pitkin, 1971), especialmente quando o que deseja é mostrar a produção do trabalho legislativo das mulheres. A primeira acontece quando as pessoas que integram um grupo são efetivamente eleitas, a segunda, quando as demandas de um grupo são efetivamente realizadas no campo de política pública, sendo ou não eleitas.

O segundo capítulo trouxe um breve resumo sobre o ambiente político do Rio de Janeiro e as razões pela escolha do estado para o presente trabalho. O capítulo seguinte abordou questões relacionadas à composição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a importância deste espaço na política nacional e na América Latina. Os capítulos seguintes dedicaram-se a análise dos dados coletados para o trabalho.

A observação desses resultados nos permite avaliar que as temáticas que são comumente associadas às mulheres e a seus papéis socialmente construídos não indicam relevância à ponto de dizermos que são características das campanhas femininas no HGPE, pois a maioria dos candidatos trabalham com esses temas. As diferenças de gênero não são refletidas nas temáticas abordadas na propaganda. A maioria dos temas abordados estavam relacionados à Reprodução, tanto candidatos homens como candidatas mulheres investiram e priorizam temas ligados à saúde, educação, habitação. O gênero em si não pôde ser considerado como um marcador na propaganda dos candidatos.

Já na avaliação da atuação legislativa dos então parlamentares foi possível perceber que a categoria que se destacou foi a Produção. A maioria das proposições legislativas esteve ligada a temas como: economia, regimento interno, política fiscal. Um dado importante que serve para desconstruir a ideia de que a atuação feminina transita somente no campo da Reprodução. Homens e mulheres priorizaram a Produção em seus projetos de lei.

O HGPE é um espaço privilegiado e estratégico, um espaço que proporciona grande visibilidade ao candidato. Quando iniciei a análise deste trabalho, parti da ideia inicial de que os candidatos que participaram do HGPE priorizariam temas que fossem marcas de sua atuação no futuro. Ao decorrer da investigação foi constatada a ausência de correlação entre estes dois momentos.

No momento eleitoral, da propaganda gratuita de televisão, os candidatos transitam nos temas de mais apelo na população, são temas onde a atuação do poder público é mais

deficiente e são questões que a maioria dos candidatos aborda. Já durante a atuação na Câmara estes temas são deixados um pouco de lado. Questões mais estratégicas do ponto de vista político e não social são prioridade para os então deputados.

Os candidatos que ainda mantêm certa correspondência quando comparamos discurso e atuação são os parlamentares mais conservadores e os parlamentares com um posicionamento mais progressista. Candidatos da bancada evangélica abordaram temas ligados à preservação dos valores tradicionais de gênero e suas atuações na Câmara mantiveram essa característica. Assim como os candidatos que abordaram de alguma forma no HGPE temas relacionados à igualdade de gênero e oportunidades também pautaram sua atuação e produção legislativa neste contexto.

Por fim, a sub-representação feminina é um dado assim como as vias de acesso que diferenciam homens e mulheres. Porém, a luta pela inclusão e equilíbrio de acesso entre homens e mulheres às condições que garantam estar nos espaços de poder não andam sozinhas. Para que haja de fato uma transformação é necessária uma agenda e pautas das mulheres representantes com as demandas das mulheres e de candidatos comprometidos com a promoção da igualdade de gênero.

Além disso, elas demonstraram uma inserção em diferentes âmbitos dentro da Câmara de Deputados, possuindo uma agenda política ativa na Casa, procurando representar os diferentes interesses que permeiam a sociedade brasileira. Percebe-se que não há uma atuação específica em relação ao tema mulher na política, contudo a atuação parlamentar das agentes políticas estudadas apresenta uma gama de assuntos extremamente relevantes para o país e que demonstram o destaque que essas parlamentares alcançaram no mundo político institucional. Basta que se observem as temáticas em que atuaram tanto nos órgãos da Câmara quanto nas proposições que defenderam e vê-se que elas conseguiram um espaço que foi historicamente ocupado por homens na política e no seu fazer político demonstraram que conseguem atuar em diferentes frentes e lutas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. “*As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas*”. In: PITANGUY, Jacqueline, BARSTED, Leila Linhares. (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. pp. 90-137.

AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Konrad Adenauer; Unesp. 2001.

CERVI, E. U. *O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo*. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 1, p.106-136, junho, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 18 out. 2012.

CERVI, Emerson Urizzi. *O “tempo da política” e distribuição dos recursos partidários: uma análise do HGPE*. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.8, p. 12-17, 2010.

COSTA, Ana Maria Batista da. *O Feminino Pode Tornar-se Poder? A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro como estudo de caso*. 2001. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FINAMORE, Claudia Maria; DE CARVALHO, João Eduardo Coin. *Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso*. Estudos Feministas, v. 14, n. 2, p. 347-362, 2006.

KRITSCH, Raquel. “*O gênero do público*”. In: BIROLI, Flavia, Miguel, Luis Felipe (orgs.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, Editora Perseu Abramo. 2012. Pp. 17-47.

LOUREIRO, Maria Rita. “*Interpretações contemporâneas da representação*.” Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 63- 93.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. *HGPE e Intenção de Voto: observações sobre as Eleições de 1998 ao Governo de São Paulo e à Presidência da República*. In: Congresso dos Sociólogos do Estado de São Paulo, 11, São Paulo: PUC, 2001.

MIGUEL, L. F. “*Discursos cruzados: tele noticiários, HGPE e a construção da agenda eleitoral*”. Porto Alegre: Sociologias, ano 6, nº 11, p. 238-258, jan/jun. 2004.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Caleidoscópio Convexo*. São Paulo, UNESP, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. (2011), “*Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy*”. Lua Nova, 84: 25-63

MOREIRA, L. & ARAÚJO, H. P. de M. H. *Feminismo na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: as deputadas feministas e promoção de políticas para as mulheres*. Anais do I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. Londrina: UEL, 2010.

PANKE, Luciana et al. *O que os candidatos à Presidência do Brasil falaram nos programas do HGPE, nas últimas eleições*. Artigo apresentado durante o IV Encontro da Compólitica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 13. 2011.

PHILLIPS, Anne. *De uma Política de Ideias a uma política de presença*. In: Estudos Feministas, Ano 9, 2º sem., 2001, pp. 268-290.

PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo. Contexto. 2014. pp.265-311.

PINTO, Celi Regina “*Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil.*” In: PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. “*Advocacy e direitos humanos*”. In: PITANGUY, Jacqueline, BARSTED, Leila Linhares. (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. pp. 20-58.

PITKIN, Hanna. *Representação: palavras, instituições e ideias*. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, nº 67, 2006, pp. 15-47.

ROMERO, Karolyne. *Gênero, Política e Mídia: Inserções de Mulheres no HGPE à Câmara Federal na Eleições 2010*. 2011. 66 p. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SOARES, Vera. “*Muitas faces do feminismo no Brasil*”. In: BORBA, Angela, FARIA, Nalu & GODINHO, Tatau.(orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Perseu Abramo. 1998. pp.33-54.

URBINATI, Nadia. 2006. “*O que torna a representação democrática?*” Lua Nova. São Paulo, n. 67.

YOUNG, Iris. *Representação Política, Identidade e Minorias*. Lua Nova, nº 67, São Paulo, 2006, pp. 139-190.

ZOVATTO, Daniel. *Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada*. *Opin. Publica* [online]. 2005, vol.11, n.2 [cited 2016-08-28], pp.287-336. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200002>.

Anexo A - Homens nas Comissões

Adrian: O deputado Adrian Mussi fez, ao todo, 20 discursos entre os quais destacaram-se a defesa pela permanência dos royalties do petróleo no estado do Rio de Janeiro, a luta pela duplicação da BR 101/RJ e a chamada à sociedade para a importância da segurança nas escolas públicas. O deputado foi titular nas comissões de Desenvolvimento Urbano – CDU; de Minas e Energia – CME; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN

Alessador Molon: O deputado fez, ao todo, 164 discursos em Plenário, entre eles sobre o pedido de imediata votação de projeto de lei que trata das organizações não governamentais – ONGs, as emendas que alteram o Código Civil para ampliar a liberdade de expressão, informação e acesso à cultura e o projeto que estabeleceu o chamado Marco Civil da Internet. O deputado foi titular nas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO; de Educação – CE; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO; de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. Comissão especial: PEC 140/12 – Imposto sobre veículos automotores; PL 2126/11 – Marco Civil da Internet – PEC 037/11 - Competência da investigação final.

Alfredo Sirkis: O deputado Alfredo Sirkis fez, ao todo, 174 discursos entre vetos, posicionamentos, protestos e encaminhamento de votações. Abordou temas relativos ao meio ambiente, como o desinteresse do Governo Federal pela utilização de fontes renováveis de energia; o despreparo governamental para a gestão da política energética brasileira; o aumento dos índices de desmatamento nos Estados do Amazonas e do Pará e a redução das emissões de gases poluentes. Mostrou-se contrário também durante discurso à proposta da Presidenta Dilma Rousseff de convocação de plebiscito sobre a reforma política, defendendo que fosse feito um referendo e sugerindo a implantação do voto distrital misto plurinominal. O deputado participou ou participa de 11 comissões, entre elas a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN e Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política – CEREFPOL.

Dr. Aluízio: O deputado realizou um total de 184 discursos entre 2011 e 2012, com destaque para sua posição contrária à nova distribuição dos royalties do petróleo. Também discursou sobre assuntos relacionados ao município de Macaé, além de defender diversas questões de saúde pública e dos profissionais de saúde. Foi membro da Comissão Externa para averiguar o vazamento de óleo na bacia de Campos (CECHEVR).

Arolde de Oliveira: No atual mandato, o deputado Arolde de Oliveira pronunciou-se mais de cem vezes. Alguns dos temas abordados foram a importância da visita ao Brasil do presidente norte-americano, Barack Obama; nota de pesar pelo falecimento do ex-presidente José Alencar; o elogio à manifestação realizada por católicos e evangélicos contra o PL 122, que criminaliza a homofobia e sobre uma suposta natureza tendenciosa da Comissão da Verdade, que estaria julgando somente as violações aos direitos humanos praticadas pelos militares, desconsiderando aquelas praticadas pelos grupos de oposição ao regime militar. O deputado Arolde de Oliveira faz parte das comissões de Cultura; de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

Áureo: fez discursos sobre o empenho da Frente Parlamentar Evangélica no combate ao consumo de drogas no país, solicitou maior apoio do Governo Federal aos atingidos por enchentes no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. Repudiou a resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre a obrigatoriedade de celebração, pelos cartórios brasileiros, do casamento civil entre pessoas de mesmo sexo e da conversão da união estável de homossexuais em casamento. Defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 337, de 2013, sobre a inclusão do policiamento marítimo entre as atribuições das Polícias Militares, de sua autoria e criticou a inconveniência de distribuição às escolas brasileiras do chamado kit contra a homofobia elaborado pelo Ministério da Educação em conjunto com a organização não governamental Comunicação em Sexualidade. O deputado participou de 9 Comissões Permanentes: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Educação, Comissão de Viação e Transportes,, Comissão de Cultura, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. O deputado Aureo atuou ou atua em Comissões Especiais, como Atividade de Transporte Aéreo, Catástrofes Climáticas, Políticas Públicas de Combate às Drogas, Bebidas Alcoólicas, Estatuto da Família, além da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Telecomunicações.

Bittar: O deputado Jorge Bittar fez, ao todo, 18 discursos proferidos em plenário. Abordou temas relativos à distribuição dos royalties do petróleo, defendendo a posição do Estado do Rio de Janeiro e à greve dos profissionais da educação pública no Município de Valença, apelando ao prefeito local que fossem abertas as negociações. Ofereceu, também, apoio à pauta de reivindicações da greve nacional dos bancários. Solicitou, ainda, o apoio dos deputados para a aprovação da PL2.673/2007, de sua autoria, que regulamenta as condições de trabalho dos operadores de telemarketing. Demonstrou também preocupação com o credenciamento pelo MEC da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade – UniverCidade – e com a proposta de utilização de águas do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento do Estado de São Paulo. Durante o período analisado, o deputado participou de 16 comissões, entre elas a comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e Comissão de Minas e Energia – CME, Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU.

Chico Alencar: O deputado realizou 998 discursos em plenário, sendo um dos deputados que mais utilizaram esse espaço. Entre os temas, passaram tanto questões como a necessidade de reformulação do sistema político-eleitoral brasileiro quanto o problema dos bondes de Santa Teresa e das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, nesses dois casos fazendo críticas ao governador Sérgio Cabral. Chico Alencar também usou a tribuna da Câmara para defender as manifestações que ocorreram a partir de junho de 2013 e repudiou a ação "truculenta" da Polícia Militar contra os professores, que entraram em greve e fizeram protestos por melhores salários. O deputado Chico Alencar foi titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a mais importante da Câmara. Ele também foi suplente na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Desde 2011, ele já foi titular da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O deputado também participou de oito comissões chamadas Especiais, principalmente sobre direitos humanos e questões indígenas.

Edson Santos: O deputado Edson Santos homenageou postumamente a figura do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela. Discursou a favor de projeto de lei que institui cotas para negros em concursos públicos de nível federal. Repudiou a repressão policial contra os professores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, em 2013. O deputado participou das Comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Minas e Energia; de

Fiscalização Financeira e Controle; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão Especial do Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

Eduardo Cunha: O deputado Eduardo Cunha realizou 463 discursos nos últimos quatro anos de mandato. A alta frequência na tribuna do plenário acontece porque ele era o líder do PMDB na Câmara e foi o comando do chamado "Blocão". Em um dos discursos, pediu para investigar o ex-aliado Anthony Garotinho, acusando-o de falta de decoro no Plenário na discussão acerca da Medida Provisória (MP) dos Portos. O deputado foi titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ezequiel: O deputado Edson Ezequiel proferiu poucos discursos no período de 2011 a 2013. Ressaltou em um de seus discursos o crescimento da quantidade de obras públicas no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Mesmo não estando presente no dia da votação sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo para a educação, o deputado se mostrou favorável em discurso. Também lembrou a necessidade de alocação de recursos adicionais para o setor da saúde e para atendimento da população carcerária. Edson defendeu em outro discurso a atualização da tabela e de inclusão dos gastos com cursos de língua estrangeira e informática no rol de despesas dedutíveis do Imposto de Renda. O deputado participou ou participa de 3 Comissões Permanentes. São elas a Comissão de Viação e Transportes – CVT, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN.

Felipe Bornier: O deputado falou sobre a necessidade de ampliação pelo Governo Federal da rede hospitalar pública na Baixada Fluminense e sobre as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Geral de Nova Iguaçu de atender a demanda na região. Além disso, também se posicionou em relação à proibição de testes laboratoriais em animais, ao incentivo ao uso da bicicleta e da repressão ao crack. O deputado fez parte da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissão de Anistia; Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara. Vice-Presidente da subcomissão de acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Federais para a realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 no Brasil.

Filipe Pereira: O deputado Filipe Pereira fez, ao todo, 16 discursos. Abordou temas como o acidente na Estação Antártica Comandante Ferraz, lamentando a morte de dois militares na

ocasião; defendeu o direito do estado do Rio de Janeiro de receber os royalties de petróleo; repudiou o projeto de lei, de autoria da senadora Marta Suplicy, a respeito do reconhecimento da união estável entre duas pessoas como entidade familiar, etc. O deputado fez parte da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP; da Comissão de Defesa do Consumidor – CDC e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC.

Garotinho: Anthony Garotinho fez ao todo 728 discursos. Entre eles, consta um discurso sobre o envolvimento da UPP do Rio de Janeiro na morte do jovem Douglas Pereira, do programa Esquenta, da TV Globo. O deputado também fez uma denúncia da compra superfaturada de trens pelo Governo Sérgio Cabral e cumprimentou o Deputado Alessandro Molon pelo trabalho realizado na Relatoria da proposta do Marco Civil da Internet. O deputado é titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Glauber Braga: O deputado Glauber Braga fez, ao todo, 288 discursos proferidos em plenário. Entre eles, apelou ao Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro para que atendesse às reivindicações salariais dos profissionais do setor em greve e à Presidenta Dilma para que cancelasse sua visita oficial aos Estados Unidos da América, diante das denúncias de prática de espionagem contra cidadãos brasileiros pelo governo norte-americano. Solicitou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a destinação de recursos oriundos do Banco Mundial para a reconstrução dos municípios atingidos por enchentes na região serrana do Rio de Janeiro e a ampliação dos serviços do INSS na região serrana do Rio de Janeiro. Defendeu, ainda, a união da bancada federal do Estado do Rio de Janeiro em defesa da manutenção da sistemática de distribuição dos royalties do petróleo e a elaboração de uma proposta de melhoria do transporte público no Estado do Rio de Janeiro. O deputado foi titular da Comissão de Educação – CE; Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei Complementar nº 221, de 2012 – PLP22112; CEXDEST e suplente na Comissão Municipal de Esportes – CME.

Hugo Leal: Os principais discursos do deputado Hugo Leal na Câmara abordaram assuntos como segurança no trânsito, políticas de incentivo à iniciativa privada nacional e políticas de prevenção às drogas e reinserção do usuário na sociedade. O deputado Hugo Leal já fez parte das comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado CSPCCO; de Viação e

Transportes CVT; de Constituição e Justiça e de Cidadania CCJC; de Fiscalização Financeira e Controle CFFC; de Combate ao Tráfico de Pessoas e dos Royalties do Petróleo e Similares.

Jair Bolsonaro: No atual mandato, o deputado Jair Bolsonaro discursou contra o reajuste do Programa Bolsa Família, considerado por ele de "natureza político-eleitoreira". Defendeu a implantação de políticas de controle de natalidade e se mostrou contrário aos critérios escolhidos para a criação da Comissão da Verdade. Jair Bolsonaro repudiou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e propôs elogio post-mortem ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici. O deputado Jair Bolsonaro atuou nas Comissões Direitos Humanos e Minorias; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Jean Wyllys: discursou em defesa do fim da violência contra a mulher, a favor dos direitos de igualdade de gênero e orientação sexual, em defesa da qualificação dependentes e usuários de drogas, com aumento da pena aos traficantes. Posicionou-se favorável à obrigatoriedade de classificação das drogas, inclusive de bebidas alcoólicas com inclusão de rótulos informativos dos riscos inerentes ao consumo. Fez referência ao Parlamento Uruguaio em relação à aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo. Repudiou e protestou diversas vezes com relação à postura do Deputado Pastor Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O deputado fez parte da CCULT – Comissão de Cultura; CDHM Comissão de Direitos Humanos e Minorias; CEPENAL – Comissão Especial Destinada a Efetuar Estudo e Apresentar Propostas em Relação à Reforma do Código Penal; CPICRIAN – Comissão Parlamentar de Inquérito – destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa; CPITRAB – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil; CEXRASC – comissão que propõe ações legislativas e políticas capazes de combater os recentes casos de racismo, bem como investigar as providências adotadas pelos setores públicos e privados e no futebol.

Julio Lopes: O deputado Julio Lopes fez apenas 3 discursos. Durante discurso em homenagem ao dia do trabalhador, mostrou-se preocupado com a mobilidade urbana e com os trabalhadores do setor dos transportes. Em outro discurso, pediu à União mais recursos para os transportes. Julio Lopes foi titular da Comissão de Viação e Transportes (CVT) e da

subcomissão permanente para acompanhar a implementação do projeto do trem de alta velocidade brasileiro (SUBTAVBR).

Leonardo Picciani: O deputado Leonardo Picciani fez, ao todo, 60 discursos entre vetos, posicionamentos, pequenos expedientes, protestos e encaminhamento de votações. Posicionou-se contra a proposta de distribuição de royalties de petróleo da camada pré-sal entre os estados e municípios brasileiros, apoiando a destinação destes recursos para a educação. Defendeu, ainda, a realização de debate sobre a redistribuição de receitas da União. Apoiou a atuação da Polícia Militar contra as manifestações no Rio de Janeiro e criticou a criação, pelo Governo Federal, de empresa subsidiária da INFRAERO, destinada à gestão de aeroportos regionais brasileiros e à atuação do Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco. O deputado participou, durante o período analisado, de 18 comissões, entre elas a Comissão de Legislação Participativa – CLP, Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma do Código Penal. CEPENAL, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Luiz Sergio: O deputado Luiz Sérgio realizou sete discursos, com destaque à implantação do Programa Luz para todos no município de Paraty. Também vale ressaltar seu apoio ao discurso da Presidente Dilma na cerimônia de abertura da Assembleia Geral da ONU. Fez também réplica a críticas dirigidas pela oposição ao posicionamento da Presidente Dilma Rousseff quanto à espionagem praticada pelos Estados Unidos da América em território nacional. O deputado integrou a Comissão de Minas e Energia (CME), a Comissão Externa dos Desastres na Região Serrana do Rio de Janeiro (CEDEST). Também participou das Comissões Especiais para determinar instauração de leis para afastamento de mandato de deputados com improbidade administrativa (PEC31313), para duração dos dias de trabalho do legislativo (PEC07011) e de normas nos contratos de seguro (PL355504).

Marcelo Matos: O deputado Marcelo Matos proferiu diversos discursos sobre a questão do trânsito, alegando caos no sistema de transporte urbano nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. Pediu a realização de obras rodoviárias em municípios da Baixada Fluminense para descongestionamento do tráfego e prioridade do Governador Sérgio Cabral na implementação de projetos destinados à melhoria do sistema de transporte da Baixada. O deputado também mencionou em discursos a situação das vítimas das chuvas de 2011,

pedindo a criação, pela Câmara Municipal de Teresópolis, da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Tragédia de 2011 e a necessidade de adoção de medidas preventivas aos efeitos de enchentes no país. Em um discurso, Marcelo Matos alegou a urgente necessidade de ampliação do efetivo policial na Baixada Fluminense. O deputado participou de seis Comissões Permanentes no período analisado. São elas a Comissão de Minas e Energia – CME, Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU, Comissão de Defesa do Consumidor – CDC, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC e Comissão do Esporte – CESPO. O Deputado atuou ou atua em Comissões Especiais, como a Comissão Especial sobre Catástrofes Climáticas e a sobre Copas do Mundo e das Confederações.

Miro Teixeira: O deputado Miro Teixeira fez discursos sobre vetos, posicionamentos, protestos, encaminhamento de votações, entre outros temas. Abordou questões trabalhistas, como a defasagem salarial dos integrantes das Forças Armadas e a urgência na votação sobre o piso salarial de policiais e bombeiros militares. Pronunciou-se favorável ao auxílio às vítimas das enchentes ocorridas no estado do Rio de Janeiro, à instituição do novo Código de Processo Civil e à legitimidade das manifestações populares realizadas no país em 2013. Mostrou-se a favor da participação de parlamentar mulher nas reuniões da Mesa Diretora da Casa e propôs aos oradores inscritos a desistência da discussão e do encaminhamento da votação da PEC 37, de 2011. O deputado participou ou participa de 3 Comissões Permanentes. São elas: a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS e a Comissão de Finanças e Tributação – CFT. O Deputado atuou ou atua em Comissões Especiais, como a Comissão Especial de Legislação sobre manifestações populares e a Comissão Especial sobre o Marco Civil da Internet.

Otávio Leite: O deputado Otávio Leite realizou 59 discursos, com destaque ao seu posicionamento de apoio aos votos de brasileiros residentes no exterior nas eleições para deputados, senadores, governadores. Também se mostrou favorável à renegociação das dívidas públicas dos municípios com a União, à isenção de impostos na produção musical brasileira (PEC da música), ao uso dos royalties do petróleo em educação e à apresentação de programa de governo durante as campanhas eleitorais que sejam devidamente implementados pelos governantes eleitos. O deputado foi, no período analisado, titular da Comissão de

Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão Especial sobre a Lei de Anistia (CEANISTI) e Comissão Especial para PEC443-09 sobre subsídios para advogados do sistema público.

Pedro Paulo: O deputado Pedro Paulo Carvalho Teixeira fez, ao todo, quatro discursos. Em dois abordou a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO). Nos outros dois, pediu maior participação dos deputados do PMDB nas sessões de plenário; apoiou projeto que fixava jornada de trabalho de 30 horas aos profissionais da enfermagem e pediu a retirada de projeto de lei que visava alterar as regras de distribuição dos royalties do petróleo. O deputado Pedro Paulo Carvalho Teixeira fez parte das comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC; de Minas e Energia – CME; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS; de Educação – CE e de Legislação Participativa.

Rodrigo Bethlem: O deputado Rodrigo Bethlem fez apenas nove (9) pronunciamentos durante seu mandato. Abordou a importância da inclusão na pauta da proposta que regulamenta o funcionamento e a competência das guardas municipais, defendeu moderação e diálogo na votação do veto presidencial apostado a dispositivos do projeto de lei sobre a redistribuição dos royalties de petróleo, defendeu a fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Abordou o transcurso do Dia Mundial de Combate às Drogas, falou da importância de discussão de políticas de enfrentamento ao crack pelo Governo Federal e pelos Estados e Municípios brasileiros e do sucesso da medida de internação compulsória de crianças e adolescentes dependentes de drogas, no Rio de Janeiro. O deputado participou de seis Comissões Permanentes, tais como: Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Comissão de Desenvolvimento Urbano, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão do Esporte.

Rodrigo Maia: O deputado Rodrigo Maia realizou 61 discursos, sendo que vários foram sobre a questão da regulamentação da atividade portuária e seu impacto nos trabalhadores de portos privados e públicos. Além disso, também se posicionou em relação à responsabilidade na gestão fiscal, ao apoio financeiro do Banco do Brasil à atividade agropecuária e em defesa de uma revisão da lei de direitos autorais por parte da Presidência da República. Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, integrou a comissão especial que elaborou as propostas para a reforma política, sendo o representante do Democratas. Também participa da Comissão Externa de Acompanhamento ao Processo do Crime contra o

Cinegrafista Santiago Ilídio Andrade (CEXMORCI); Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) e da Subcomissão Permanente dos Assuntos Federativos (SUBASFED).

Romário: O deputado Romário fez, ao todo, 43 discursos. Abordou temas relativos à Copa do Mundo FIFA, criticou a gestão do ex-governador Sérgio Cabral Filho no estado do Rio de Janeiro e a morosidade na reforma do Aeroporto Internacional do Galeão. Protestou contra o baixo investimento em prol dos deficientes, contra a precariedade das estruturas físicas das escolas públicas brasileiras, além de levantar indícios de irregularidades praticadas pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, José Maria Marin e pelo vice-presidente, Marco Polo del Nero. Fez parte das Comissões de Educação – CE; de Turismo e Desporto – CTD e de Legislação Participativa – CLP. Participou também das Comissões Especiais aos Projetos de Leis nº 2330/2011, sobre as medidas relativas a Copa das Confederações FIFA e à Copa do Mundo FIFA; nº 6753/2013 que cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – PROFORTE; altera a Lei n 11.345/2006, que dispõe sobre a Timemania; que autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei n 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto e aplica outras providências e a nº 7672/2010, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente à educação e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Sérgio Zveiter: O deputado Sergio Zveiter proferiu discursos a respeito da importância da proposta de emenda à Constituição relativa à adoção do voto aberto nos processos de cassação de mandatos parlamentares. Defendeu também a inclusão dos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Niterói no PAC da Mobilidade Urbana e a criação de uma comissão para acompanhamento dos investimentos do PAC. O deputado foi titular na CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; SUBMEMOR – Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça; GTELEIT – Grupo de Trabalho para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Lei Eleitoral entre outras comissões.

Simão Sessim: O deputado Simão Sessim fez ao todo 421 discursos entre vetos, posicionamentos, pequenos expedientes, protestos e encaminhamento de votações. Ofereceu apoio à votação pela casa da proposta de concessão de anistia a bombeiros militares do Estado

do Rio de Janeiro e defendeu a manutenção do sistema de distribuição de royalties do petróleo, inclusive enaltecendo as declarações da presidenta Dilma Rousseff sobre o assunto. Mostrou-se preocupado com a necessidade de redução das tarifas de energia elétrica do país e solicitou ao setor de segurança da Casa providências para contenção do assédio de pessoas aos gabinetes parlamentares. O deputado participou ou participa de 28 comissões, entre elas a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política (CEREFPOL), Comissão de Minas e Energia (CME) e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

Stepan Necessian: O deputado Stepan Necessian fez 50 discursos. Entre eles, discursou em uma homenagem ao centenário de Dorival Caymmi. Também em homenagens ao dançarino Douglas da Silva, morto num tiroteio no Pavão-Pavãozinho e ao ator José Wilker, morto em abril desse ano. O deputado também discursou na Câmara logo após uma sessão da CPI do Cachoeira. Na ocasião, Necessian se defendeu das acusações sobre seu envolvimento no esquema do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O deputado fez parte da Comissão de Educação; da Comissão da Cultura; da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da qual se ausentou após o escândalo de que tinha pego dinheiro emprestado de Carlinhos Cachoeira.

Vitor Paulo: O deputado Vitor Paulo fez, ao todo, 185 discursos em plenário. Entre os discursos, mostrou perplexidade ante o posicionamento do Líder do PSDB, contrário à votação do projeto de lei sobre a concessão de anistia a policiais e bombeiros militares punidos por participarem de movimentos reivindicatórios, solicitou ao então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a expansão da rede de tratamento de câncer no interior do Estado do Rio de Janeiro, defendendo a instalação de unidade do Instituto Nacional de Câncer (INCA) no Município de Macaé, defendeu a concessão de prioridade aos idosos na restituição do Imposto de Renda e apoiou a realização de plebiscito sobre a reforma política. O deputado participou, no período analisado, de 17 comissões, entre elas a Comissão de Seguridade Social e Família CSSF, Comissão de Legislação Participativa CLP, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN e Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política – CEREFPOL.

Walney Rocha: O deputado Walney Rocha fez, ao todo, 26 discursos proferidos em plenário. Se posicionou contra o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, protestando, ainda, contra a distribuição, nas escolas públicas brasileiras, de material didático com orientações sobre a homossexualidade. Posteriormente, elogiou a decisão da presidente Dilma Rousseff de suspender a distribuição do chamado kit gay nas escolas públicas. Mostrou-se solidário ao movimento dos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro por melhores condições de trabalho e reajuste de salário. O deputado participou, no período analisado, de 15 comissões, entre elas a Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dá outras providências – CPITRAB, Comissão de Turismo e Desporto – CTD e Subcomissão Permanente Política Nacional de Resíduos Sólidos – SUBRESSO.

Washington Reis: O deputado Washington Reis foi orador em 122 oportunidades. Abordou temas como a mobilização do povo carioca a favor da posição de veto presidencial ao projeto de lei sobre a distribuição de royalties de petróleo a Estados e Municípios; a liberação de recursos pela Presidenta Dilma Rousseff para reconstrução de moradias destruídas por enchentes no Distrito de Xerém, no Município de Duque de Caxias; fez apelo ao Poder Executivo de revisão de pedágios rodoviários e demonstrou a importância da realização de investimentos no sistema ferroviário nacional. O deputado foi titular da Comissão de Viação e Transportes – CVT; Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 221, de 2012 – PLP22112; CEXDEST e suplente na Comissão Municipal de Esportes – CME.

ANEXO B - Projetos de lei com a temática de gênero no período analisado

PL-7244/2014

Autor: Vitor Paulo - PRB/RJ.

Ementa: Altera o art. 3º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que trata da Segurança para estabelecimentos financeiros, empresas de vigilância e transporte de valor. Explicação: As empresas especializadas em vigilância ostensiva e transporte de valores e os estabelecimentos financeiros deverão contar em seus quadros de vigilantes com um percentual mínimo de 20% (vinte por centos) de mulheres.

PL-7633/2014

Autor: Jean Wyllys - PSOL/RJ.

Ementa: Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.

PL-8032/2014

Autor: Jandira Feghali - PCdoB/RJ.

Ementa: Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – às pessoas transexuais e transgêneros.

PL-6630/2013

Autor: Romário - PSB/RJ.

Ementa: Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.

PL-6219/2013

Autor: Liliam Sá - PR/RJ.

Ementa: Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para promover a inclusão feminina no esporte.

PL-5002/2013

Autores: Jean Wyllys - PSOL/RJ, Erika Kokay - PT/DF.

Ementa: Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Explicação: Projeto denominado Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero.

PL-4497/2012

Autor: Arolde de Oliveira - PSD/RJ.

Ementa: Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), modificado pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, para estabelecer que, nas listas de candidatos de cada partido ou coligação, pelo menos metade do número máximo das vagas seja preenchido, obrigatoriamente, por integrantes do mesmo sexo, nas eleições proporcionais.

PL-4211/2012

Autor: Jean Wyllys - PSOL/RJ.

Ementa: Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

PL-2451/2011

Autor: Anthony Garotinho - PR/RJ.

Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que "Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências." - Lei Maria da Penha, criando novas garantias para a mulher.

PL-2436/2011

Autor: Benedita da Silva - PT/RJ.

Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a distribuição paritária entre os sexos no preenchimento de cargos nos órgãos de direção e de deliberação partidários.

PL-2366/2011

Autor: Nelson Bornier - PMDB/RJ.

Ementa: Inclui parágrafo único ao art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Explicação: Estabelece prioridade na realização de exames periciais quando a vítima for mulher, especialmente nos casos de violência doméstica e familiar.

PL-2015/2011

Autor: Nelson Bornier - PMDB/RJ.

Ementa: Dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual para realização de exames de controle do câncer de mama e do colo de útero.

PL-1285/2011

Autor: Felipe Bornier - PHS/RJ.

Ementa: Cria o Banco de Prótese Mamária.

PL-1123/2011

Autor: Chico Alencar - PSOL/RJ.

Ementa: Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.